PREPARAÇÃO
DE PORTUGAL
PARA A GUERRA

POR

RAFAEL RIBEIRO

F. França Amado, Editor.
Coímbra. 1916.

S. A.
15-085

Ao "Museu Portuguez da Grande Guerra"

20/VII/1917

Of.

O auctor

Raphael Ribeiro

Se a 15085

PREPARAÇÃO

DE PORTUGAL

PARA A GUERRA

Composto e impresso na Tipografia França Amado,
rua Ferreira Borges, 103 — Coimbra.

B. N.
15085 -

PREPARAÇÃO
DE PORTUGAL
PARA A GUERRA

POR

RAFAEL RIBEIRO

62 996

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

COÍMBRA

F. FRANÇA AMADO, EDITOR

1916

H.G
40995

PRÓLOGO

A guerra, se não é a normalidade da vida dos povos é, no entanto, a normalidade periódica da história.

Aceitando o mundo tal qual como é e não como nas concèpções humanitárias devia ser, resalta a indiscutível e axiomática verdade de que a guerra é uma calamidade a que não se póde fugir; é e será sempre o *mot d'ordre* das nações, pois que é aínda hoje a única solução das dificuldades políticas entre os Estados.

Na frase mordaz de von der Goltz « hão de haver guerras emquanto houver povos que, aspirando a posse de bens terrestres, fizerem esforços para assegurarem às gerações futuras o espaço necessário para a sua expansão, segurança e consideração ».

Porque isto é assim, urge que Portugal acorde dos sonhos dourados em que tem vivido, desses malditos sonhos que o levam a embalar-se pelo indiferentismo e pelo rotinismo.

Para isso é preciso que nós todos, os portuguezes patriotas, não nos deixemos vencer pela atonia, se amanhã não quizermos ser acolhidos por um sorriso de escárneo pelas nações que outr'ora aprenderam comnosco.

Os exemplos que nos veem da actual guerra obriga-nos a olhar pela segurança do nosso futuro, pela integridade da nossa Pátria, pela nossa independência, e para isso torna-se necessário, primeiro que tudo, regenerar as nossas instituìções militares, principiando pelo desenvolvimento da sua instrução, base capital do seu alevantamento.

Uma nação, pequena ou grande, rica ou pobre, que na paz queira usufruir a sua independência e na guerra fazer valer os seus direitos, tem que ter um exército forte que, pela sua conduta e saber, possa impôr a paz, e a sua segurança e independência.

Ao contrário da predestinada filosofia de Vauvenarges a longa paz externa que Portugal tem gosado não lhe trouxe a opulência, nem lhe multiplicou as comodidades e os prazeres.

A paz em Portugal tem unicamente servido para condenar o exército à decadência que nasce da indiferença, do esquecimento, do desprezo, e até do vilipêndio com que tem sido tratado.

Os interesses locais, por conveniências duma política enervada e de mesquinhos horizontes, teem sacrificado os interesses gerais do paiz, indo nessa onda de sacrifício o próprio exército, primeiro esteio duma nacionalidade.

Portugal que foi gerado nos campos da batalha, que nasceu num campo de batalha, que se engradeceu nos campos de batalha, que combatendo abriu à Europa as portas do Oriente, levou a civilisação à Africa, à Asia, à América, que combatendo reivindicou a sua independência, necessita de sair, o mais urgentemente possível, do marasmo atrofiador em que se vêm definhando.

A primeira condição de existência duma nação, é a sua independência, e esta não conhece outra garantia que não seja a força armada. Por isso o exército não póde nem deve ser anteposto aos mesquinhos interesses da política do interesse pessoal ou particular ou do partidarismo político.

*

Por uma falsa interpretação do direito, ou por um propósito criminoso, ou aínda por uma crassa ignorância, julga-se, no nosso paíz, que podemos viver como nação independente mesmo sem um exército devidamente organizado, instruido e disciplinado, uma vez que estamos apoiados, por um tratado de aliança, sobre a força duma potência forte. Os factos mostram, infelizmente, que muitos teem aceitado êste sofisma como um sagrado axioma, axioma que consideramos um crime de lesa-Pátria. Quem assim tão pouco inteligentemente interpreta os tratados de aliança, não vê ou não quer vêr, a fragilidade de tais tratados e como

eles são, muitas vezes, origem de guerras e o prólogo das mais encarniçadas hostilidades.

Como já em tempos foi brilhantemente exposto por um distintíssimo escritor militar, os tratados de paz, de aliança e de comércio, são geralmente ditados por circunstâncias de interesse, ou pela sorte das armas. No primeiro caso, a mudança das circunstâncias, considerações políticas, novos interesses creados, podem tornar lesivo o tratado de uma ou mais das potências signatárias; no segundo caso a rehabilitação militar de uma ou mais das potências a quem os tratados foram impostos, são razões que determinam a sua ruptura; em outros caso as situações complicam-se, e as nações acham-se política ou militarmente inibidas de satisfazer às estipulações respectivas. As estipulações só são por conseqüência efectivas para o mais fraco a quem falta a força para exigir igual cumprimento do mais forte. Assim todos esses tratados, com quanto muitos contenham a fórmula de *perpetuidade,* são apenas duma existência problemática, e apesar deles, as eventualidades convertem os inimigos em aliados, e os aliados em inimigos.

São sobretudo as pequenas nações que devem sempre desconfiar da protecção que lhes oferecem as grandes. Pode acaso essa protecção ser graciosa? Ou custará ela maiores sacrifícios do que aqueles necessários à existência da propria força? Obrigar-se há uma grande nação aos sacrifícios de

sangue e de dinheiro, para sustentar a independência de outra, envolvendo-se ela própria em uma guerra que talvez lhe seria indiferente, sem directa ou indirectamente obter algumas vantagens? E quem lhe dará essas vantagens senão a nação protegida? Não ficará esta, ainda quando livre do inimigo, à mercê das estipulações daquela que a salvou?

Mas admitindo que os tratados não teem êstes inconvenientes, não poderão as circunstâncias fazer com que a nação protectora não queira ou não possa vir em auxílio da sua aliada ou que a abandone depois de a ter comprometido numa luta desigual? Se nêste momento perigasse a honra da nossa Pátria, a independência ou a integridade dos seus territórios d'àquêm e d'àlêm mar, esse perigo poderia ser conjurado pela nossa aliada?

Indubitavelmente que não, visto que a Inglaterra está neste momento empenhada numa luta de vida ou de morte, não podendo por isso distrair as suas forças para outro campo.

Alêm disso, devemos concordar, que nenhuma nação é forte, quando não conta com os seus próprios recursos; aquela que tem a sua independência à mercê da fôrça alheia não é uma nação, é um protectorado.

*

« *Desgraçada nação que em auxílio estranho fundamenta a independência própria* », assim se

exprimia o Conde de Vila Franca no seu trabalho *D. João I e a aliança ingleza.*

Com efeito assim é, como facilmente se verifica folheando a nossa história, e a história de outros paizes que, como o nosso, se apoiam em tratados de aliança.

Como muito bem nota o ilustre capitão sr. Correia dos Santos no seu recente livro *Preparação de Portugal para a guerra europeia,* a nossa história indica que as relações de Portugal com a Inglaterra datam dos tempos recuados da dinastia afonsina e que somos nós, em geral, que lhe temos batido à porta nos lances difíceis por que temos passado. Umas vezes por questões de interesses dinásticos, outras por convir à Inglaterra manter a independência das nações pequenas que, como nós, podem constituír excelentes bases para a sua expansão; é certo que, à sombra protectora da aza da velha aliada, temos conseguido manter o nosso domínio colonial e praticar toda a espécie de desvarios, mais que suficientes para aniquilar uma nacionalidade.

Abrindo as páginas da nossa história, desde o tratado de 16 de junho de 1373, resalta-nos logo que só à sombra protectora da Inglaterra podemos sair a salvo de muitas alucinações, conservando a nossa independência.

Por isso lá fóra, e infelizmente também cá dentro, há quem diga que Portugal é independente por obra e graça da protecção alheia, pois que só na

força e prestígio da nossa aliada encontramos as causas de salvação da nossa independência.

Se êstes factores já por si só obrigam os poderes públicos de Portugal a olhar pelo exército, temos aínda a considerar que, admitindo o falso e malicioso princípio de que temos a nossa independência assegurada pelo facto de estarmos aliados com uma nação forte e poderosa, isso não impede « *que continuemos a enebriar-nos com a leitura dos factos ocorridos no período heroico da nossa história Pátria* », sem nos importarmos se estamos ou não capazes de cumprir os tratados que firmamos.

As alianças são contractos bi-laterais, em que cada uma das partes contractantes entra com um certo número de factores, que dalguma maneira se completam e realisam um objectivo comum. Sem isso não há alianças, há sujeição, há dependência mais ou menos manifesta. Disto resulta a necessidade indeclinavel de Portugal, como aliado da Inglaterra, preparar o seu exército para quaisquer eventualidades, em que o nosso concurso seja solicitado.

Se os poderes públicos de Portugal tivessem encarado por esta forma o problema da nossa aliança com a Inglaterra, jàmais o nosso exército chegaria ao cahos degradante a que chegou, que mais parece a negação da doutrina de Broutta, e não estariamos agora vergando ao peso vergonhoso do repúdio do nosso auxílio pela Inglaterra por não

termos um exército capaz de entrar em combate e cooperar eficazmente para o bom resultado da actual guerra.

É verdade — como diz o capitão sr. Correia dos Santos no seu livro já citado — que custa a compreender, como é possível voar e pairar tão alto, sobre a flécha da curva descritiva da glória, e se desça tão vertiginosamente!...

Por tudo isto, e pela nossa própria dignidade e honradez, não podemos contiuuar à mercê, como até aqui, da protecção dispensada por uma nação aliada.

Conforme o pensamento já emitido por um distinto escritor « as nações pequenas só podem ter uma aliada segura e poderosa: — a sua dignidade, que dá a altivez perante os insultos, a bravura no combate, ou o desprezo altivo na morte, quando não sustêm as injustiças e a cubiça dos poderosos ».

É verdade que no povo portuguez encontram-se as qualidades excepcionais de bravura, de que há a esperar sempre os mais nobres actos de dedicação e de civismo.

Mas como acentua o capitão sr. Correia dos Santos no seu inteligente trabalho já citado — não basta contar apenas com o patriotismo, que sendo um factor importante na guerra, não é o único que dá a vitória. As nações que contaram apenas com a coragem e bravura dos seus soldados, como os turcos, os árabes, e os mamelucos, combateram,

sem dúvida, brilhantemente, derramaram fartamente o seu sangue; mas os esforços da sua galhardia não foram coroados de exito feliz por falta da organização racional das suas forças, e da sua instrução e educação.

Como em tempos foi frisado por um distinto jornalista, as complicações internacionais surgem dum para outro momento, por vezes assaz imprevistamente, e não é então o momento azado para fazer preparativos e reunir elementos que desde muito deveriam estar convenientemente congregados e dispostos para actuarem na ocasião apropriada, como ainda recentemente aconteceu com a organização das expedições que foram enviadas a Angola e Moçambique.

Êsses elementos dependem essencialmente duma boa organização militar do paiz, dum sistêma defensivo cuidadosamente estudado, dum exército bem instruido, bem disciplinado e bem armado, tudo isso não para emprezas aventurosas, mas para corresponder, nos momentos críticos, às obrigações contraídas e à defeza do torrão pátrio sem auxílio estranho.

Ninguêm sabe, ninguêm póde prever o que o dia d'ámanhã nos trará de deveres e de encargos no meio dum conflito de política internacional, que nem por se dar mais ou menos longe do nosso território nos venha menos a envolver, obrigando-nos a saír da nossa vida pacífica e desambiciosa. Bem longe estava Portugal de qualquer

ideia ou propósito de guerra e viu-se envolvido numa em 1762; bastantes esforços, e até sacrifícios se fizeram para a evitar em 1807, e não se conseguiu.

*

Quem julga que a paz europeia ficará assegurada com o triunfo dos aliados da actual guerra, labora num tremendo êrro.

Os desejos dos filantropos para a decisão dos conflitos por via de arbitragem ou meios pacíficos, hão de continuar a ser sempre um sonho dourado, porque a natureza humana há de continuar a ser o que é: — um conjunto de paixões, um elo de ambições.

As nações que da actual guerra saírem vencidas preparar-se-hão para a guerra da desforra; as vencedoras, cheias de cubiça e de ambição, àlêm de se prepararem para fazerem frente à guerra inevitável da desforra, quererão tirar os proveitos da vitória para se engradecerem e recuperarem o que gastaram para alcançar a vitória.

Além disso, no final desta guerra, caiba a vitória a uns ou a outros, surgirá o problema mais difícil e grave: — a posse de Constantinopla.

Recordemos que a Espanha, continúa sem Gibraltar, e que nêste momento, a Inglaterra, nossa aliada, e possuidora de Gibraltar, está ficando sem os seus soldados, perdendo e arruinando os seus armamentos, gastando as suas munições, desfal-

cando o seu tesouro, entrando pelas suas reservas, a Espanha — diziamos — a sonhadora da União Ibérica, está activamente preparando e organizando o seu exército, fazendo a selecção dos seus quadros.

Estamos piamente convencidos que a actual guerra ainda está para durar, e natural é que nós ainda nela tenhamos que intervir a pedido inevitável da nossa aliada, ou — *quem sabe o que a Alemanha estará preparando conservando em Portugal o seu ministro depois do que tem sucedido?* — para fazer frente a qualquer afronta que nos seja feita.

Mas, se não interviermos, quem nos diz que ámanhã, por causa da posse de Constantinopla, ou de Gibraltar, não sejamos levados à guerra?

Afóra estas hipóteses e os factores que temos vindo apresentando, que bem justificam a necessidade da nossa preparação para a guerra, temos um ponto importante a fixar.

No final da actual guerra, na conferência da paz, ao tratar-se da partilha da Europa, necessário é que Portugal consiga impôr-se ao respeito das outras nações, e só o poderemos fazer se já então dispuzermos dum exército bem organizado e instruido e duma marinha de guerra que, àlêm de bem comandada, satisfaça às condições da nossa extensa e importante base de operações marítimas.

Na previsão de tais acontecimentos e de outros da mesma natureza, e aínda para o cumprimento cabal e honrado dos nossos tratados, é preciso que

o nosso exército seja o que deve ser, não o produto teórico de uma organização mais ou menos fantasiosa, com divisões de reserva a mobilisar quando já para as do efectivo poderá ser de resultados problemáticos, mas com uma constituição sólida e efectiva, com o qual se possa de facto contar no momento da crise. Soldados com a necessária instrução e, muito principalmente, com quadros em número e com as aptidões profissionais indispensáveis.

*

Se a preparação para a guerra custa muitas vezes, senão sempre, grandes e pesados sacrifícios ao Estado, alguma coisa se póde fazer, em parte, sem encargos para o tesouro, para efectivar essa preparação: — desenvolvendo a instrução do exército.

Na época actual, em que a sciência da guerra se apropria de todos os conhecimentos e os põe ao seu serviço, é indispensavel que todos os militares se ponham a par dos conhecimentos que dela exige o progresso.

É sabido que vão passados os tempos em que um chefe inteligente e tropas valorosas eram condições suficientes para alcançar a vitória. Nas circunstâncias atuais da guerra cada oficial deve valer um general, cada soldado um official.

Perante a sciência da guerra moderna o soldado deixou de ser a molécula material dos exércitos,

para ser por si mesmo um agente, em que a disciplina e a uniformidade não anulam a inteligência, a iniciativa e a acção individual.

A sciência da guerra é tão variada e tão vasta, que nunca se poderá ser profundo nessa sciência e que, estudando-a com aplicação, se encontrará sempre coisa nova.

Hoje, na guerra moderna, não basta só a bravura, o patriotismo e a disciplina, para se obter um bom resultado. Mais do que esses factores, é necessário a instrução e a educação.

A educação e a instrução moral e profissional de um exército, aliadas à disciplina, quando devidamente desenvolvidas, multiplicam as suas forças, tornando-o apto para triunfar dum exército inimigo superior.

Temos o exemplo na guerra de 1870, entre a Alemanha e a França, em que vimos que os esforços de 250.000 homens de tropas de recente organização, sob o comando do general Chanzy, foram infrutíferos contra os 80.000 homens de tropas instruidas e educadas sob o comando do Príncipe Frederico Carlos, se bem que o armamento da infantaria francêsa fôsse superior em relação ao da alemã.

Já suficientemente está demonstrado que, na guerra moderna, a vitória não é do mais audaz, mas sim do mais sábio. Com a sciência e pela sciência é que a Alemanha bateu a França em 1870, desastre êste que convenceu a França que não é

a bravura e o entusiasmo das tropas que levam a melhor à sciência dos generais.

Incontestavelmente a mais sólida garantia da independência dum paiz reside na boa organização dos seus exércitos, devidamente instruidos, educados e disciplinados. A sua base deve ser fundada no princípio de que podemos e devemos, seja com sacrifício de tudo e de todos, mas com honra para todos, defender o nosso território sem dependência de auxílio estranho, que muito nefasto nos póde ser. Por isso o problema da instrução e da educação do nosso exército, elevando o seu nível moral, deve ser encarado como o mais importante. Elevar esse nível, para que o nosso exército seja o que deve ser e para que a nação que lhe paga, conte com ele na hora do perigo, deve ser o móbil de todos os esforços e diligências, o objecto dum trabalho assíduo, constante, perseverante e infatigavel.

Assim como para obter soldados disciplinados não basta fazer-lhes conhecer as prescrições a que devem obedecer ou os castigos que sofrerão se incorrerem em alguma falta, o mesmo sucede com a instrução militar que deve ir àlêm do manejo das armas, do aceio e conservação do armamento e uniforme, da curta escola de recrutas, e da escola de repetição.

Se não se deve abandonar no todo os processos excessivamente teóricos e abstractos que até aqui se teem seguido para desenvolver a instrução do

exército, é no entanto mister substituí-los em parte por uma instrução suficiente, moldada em fórmulas e práticas que deem ao militar a faculdade de executar, de dirigir, de inventar e de discernir. A instrução essencialmente prática por meio da conferência, da palestra ou da preleção, é a que se impõe.

Êste nosso trabalho aponta o que convem fazer práticamente para o desenvolvimento da instrução do nosso exército e do levantamento do espírito militar do soldado e do cidadão.

Lembremo-nos que a instituìção militar só é digna quando, principalmente, o grau de cultura dos seus elementos tem atingido um limite que não é difícil determinar. Preparar, pois, o militar para a guerra deve ser o objecto das preocupações daqueles que são chamados a fornecer-lhe o método e regular-lhe o ensino.

Não nos esqueçamos que o único meio pelo qual se póde manter a paz, diz Ancillon, é opôr forças às forças, equilibrando desta guiza a acção com a reacção.

Sem a guerra, diz von Bernhardi, as raças inferiores ou desmoralizadas, impôr-se hão às raças saudáveis e vitais, e o resultado seria uma decadência geral. A guerra, segundo Frederico II, é uma das formas de combate pela vida, que elimina as nações fracas, em proveito das fortes e habeis.

Os romanos, que haviam fundado o maior império do mundo, por meio de feitos sublimados e

pelas instituições militares, modêlo de ordem, disciplina e sabedoria profunda, e que haviam afrontado tantos perigos e tantas incertezas, que haviam afeito o corpo, por meio de exercícios, a suportar fadigas de toda a casta, e que tinham a força moral tão levantada e tão sublime para romper todos os obstáculos que atalhavam a sua marcha, foram vencidos pelos ócios da paz, e com as riquezas acumuladas com os despojos das guerras púnicas e da conquista da Macedónia.

E a nós, povo de herois, que fomos senhores de grandes e vastos territórios, que fizemos conquistas e descobertas, que assombrámos o mundo com os nossos feitos, que ensinámos as outras nações, que fomos os primeiros a abater as águias de Napoleão Bonaparte, que abrimos novos mundos ao mundo, e a nós

> ... os Barões assinalados
> Que da ocidental praia Luzitana
> Por mares nunca de antes navegados
> *Passamos* ainda àlêm da Taprobana;

e nós que

> Em perigos, e guerras esforçados,
> Mais do que prometia a força humana;
> ... entre gente remota *edificamos*
> Novo reino, que tanto *sublimamos;*

e a nós, o que acontecerá se continuarmos nesta paz pôdre de não nos importarmos com a prepa-

ração do nosso exército, contentando-nos com a leitura dos factos ocorridos no período heroico da nossa história Pátria?

Se não acompanharmos as tendências gerais, se não recorrermos a todos os meios para pormos o nosso exército ao nível dos dos outros países, para nos defendermos da cubiça e ambição humana, devemo-nos preparar para desaparecermos da lista das nações livres e independentes, infileirando-nos ao lado da infeliz Polónia e da Pérsia.

*

Numa interessante e instrutiva conferência subordinada ao tema — « *Os meios da acção de infantaria — As trincheiras de campo de batalha* », feita no quartel do regimento de infantaria n.º 5, pelo capitão sr. Correia dos Santos, este ilustre e inteligente oficial começou por dizer:

« A guerra nasceu com os homens sobre a terra.

« Constituiu uma das suas primeiras iniciativas.

« A princípio, só intervinha na luta, o valor e a força. A seguir as armas ofensivas e defensivas. Depois a artilheria, a polvora e as armas de fogo portateis. Paralelamente a esta evolução vai cristalisando a tése, de que a força é vencida pela arte.

« Mais tarde, o vencedor de Austerlitz afirmou, que nada se consegue na guerra, que não seja já pelo cálculo, donde se deduziu o princípio, de que

a arte militar e a arte da guerra, são antecedente e conseqüente.

« Chega-se finalmente ao momento, em que a arte da guerra se transforma em sciência da guerra, ao reconhecer-se que, sem se modificarem as prerogativas do génio e da estratégia, influem nos resultados dos combates, todas as sciências, que se agrupam em volta da mecânica, da química e da siderurgia.

« São estas as sciências, que cooperam nos meios da acção das armas no combate, cimentadas pelos factores morais dos exércitos: — a disciplina e a instrução.

« A guerra moderna precisa do concurso de todas as sciências, para a produção das massas esmagadoras do fogo e de outros meios, que os adversários empregam para se aniquilarem ».

Por que a verdade é esta, o capitão sr. Correia dos Santos animado pela firme convicção de colaborar na anciada reconstituição da vida nacional contribuindo com a sua quota parte para a regeneração das instituições militares portuguezas, fez, ainda há poucos dias, quatro brilhantes conferências demonstrativas, como com o mesmo intuito publicou os seus livros *Preparação de Portugal para a guerra europeia* e *Uma viagem de estudo,* dois belos repositórios de muitos ensinamentos.

Nós, como o ilustre oficial e nosso amigo, a quem devemos a honra do favor de muitos esclarecimentos que nos deu para levarmos a cabo êste

trabalho, por cujo motivo aqui deixamos exarados os nossos gratos agradecimentos, também queremos, esquecendo a nossa incompetência, alguma coisa fazer em pról das instituìções militares portuguezas, razão esta, única, porque nos abalançamos a publicar êste livro.

Lisboa, Fevereiro de 1916.

PREPARAÇÃO DE PORTUGAL PARA A GUERRA

LIÇÕES DA GUERRA.

A actual guerra, que transformou uma grande parte da Europa num vasto cemitério, é um exemplo triste, mas frisante, de que as sociedades modernas em vão procuram um esteio nas doutrinas do direito. Essa tremenda catástrofe veio provar que é a ambição dos poderosos e o número das baionetas que ditam as leis. Desse terrível conflito fica-nos a prova, bem frisante e incontestada, que o direito internacional é uma farça, e que, por isso, as nações só se defendem opondo a força contra a força. Perante esse tremendo espectáculo, que mais parece o suicídio da Europa, não devemos ter dúvidas de que a independência dum paiz, a integridade do seu território, a sua razão de ser, e a sua própria liberdade, é fruto dos exércitos, e não do direito. Porque isso está frisantemente provado, é necessário que os poderes

públicos de Portugal olhem pelo exército, organizando um exército verdadeiramente nacional, devidamente instruido, de forma a fazer que todo o cidadão seja um soldado, mas um soldado sagrado pelo espírito militar, pois que não se compreende um exército sem esse espírito, esteio indispensável para que seja digno desse nome, e do papel que tem a desempenhar.

O ESPÍRITO MILITAR.

O espírito militar!...

Quando consultamos a nossa história encontramos sempre êste axioma: — o exército é forte e vence, quando o espírito de cada soldado é verdadeiro e tiver unidade; sofre revez, quando o espírito militar é nulo.

A nossa história é fértil em exemplos desta natureza. Basta recordar a gloriosa batalha do Bussaco e o desastre tremendo de Alcacer-Kibir. Ao Bussaco fomos guiados pelo espírito militar que invadia todo o cidadão portuguez, e por isso a nossa vitória foi triumfante; a Alcacer-Kibir fomos guiados unicamente pelo espírito da conquista, pela mão dum rei *menino e moço,* o que nos valeu um revez, primeiro passo dado para caírmos sob

o domínio da Espanha. Sessenta annos depois, quando novamente o espírito militar se infiltrou no povo portuguez, fizemos a guerra da Restauração coberta de louros.

Roma cresceu ràpidamente porque o seu fundador, o grande Romulo, soube incutir o espírito militar no ânimo dos soldados que o acompanhavam, que aínda o foi transmitindo aos povos conquistados. Veloz foi a sua queda quando esse espírito militar se subverteu nas delícias duma liberdade escravisada.

A casa de Brandebourg deveu ao espírito militar a sua elevação à ordem de potência preponderante. Afrouxado esse espírito, pelo desvairamento das riquezas adquiridas, a Alemanha foi vencida numa curta campanha, que lhe serviu de lição.

A França, cujo espírito militar a levou a combater a Europa coligada, caiu quando esse espírito se transformou em ambição.

AS FESTAS MILITARES. SUA IMPORTANCIA.

O espírito militar dum povo, é a sua vida; é a garantia da sua independência; é a salvaguarda da sua propriedade. Necessário é, pois, infiltrar

esse espírito em todos os cidadãos, principalmente em todos os militares de carreira. Para isso se fazer, é preciso, em primeiro logar, cimentar a confraternidade entre os membros da grande família militar, e aproximar a sociedade militar da sociedade civil. Esta aproximação, que todos os países fazem com assiduidade, resolve-se, e muito bem, pela realização de festas militares. Incontestavelmente, essas festas são o melhor elo que une o soldado ao cidadão, que liga, com mais enternecido amor, as instituições militares às instituições civís.

Se bem que muitos cuidem que essas festas são dispensaveis, e outros as classifiquem de impertinentes, nós vimos nelas o melhor incentivo para que todos, militares e civís, cidadãos da mesma Pátria, mais arreigadamente amem a vida das armas. E, tanto assim é, que nos exércitos em que o espírito militar é mais acentuado, amiudadamente se realizam pomposas festas militares.

Em 1894, na Itália, com o fim de robustecer o espírito do corpo e de imprimir no coração do soldado a memória das gloriosas tradições e dos fastos do regimento a que pertença, foi determinado que os regimentos condecorados com a medalha de ouro ou de prata de valor militar, festejassem solenemente o aniversário do feito d'armas em que obtiveram aquela distinção, e os regimentos que tivessem várias condecorações festejassem sómente o aniversário do feito d'armas que justificou a

distinção mais subida, ou o aniversário do mais importante feito d'armas.

Lá fora tudo serve de incentivo para a realização de festas militares: — o aniversário duma batalha, o juramento de bandeiras, a recepção dos recrutas a despedida dos reservistas, a distribuição de medalhas, etc.

Dispensaveis ou impertinentes, como querem os críticos dessas festas, nós temos arreigada no nosso espírito a convicção, de que elas, àlêm de erguerem o espírito militar, fazem mais alguma coisa: democratisam o exército, sem o indisciplinar.

*

Se as festas militares são o melhor meio de impregnar o espírito militar nos cidadãos, as bibliotecas, os casinos, os museus e as salas militares, são o melhor esteio para a confraternisação dos militares.

As sociedades militares, principalmente, são um dos meios que mais poderosamente teem feito derramar a instrução nos principais exércitos, onde são seriamente tratadas as questões da sciência militar, espalhando uns os seus conhecimentos para outros aprenderem, e todos buscando incentivo para o estudo. Nelas se arreiga o espírito militar em confraternisação; com elas se evita que o militar consagre uma grande parte da sua vida ao recreio dos casinos e no passatempo dos cafés.

As sociedades militares são um meio poderoso de manter e desenvolver o espírito militar, de tornar os militares conhecidos entre si, de fazer estudar devidamente as questões militares, de pôr os militares ao corrente das novas publicações e descobertas, de exaltar o verdadeiro merecimento, de incitar ao trabalho e de coadjuvar nos estudos, e, principalmente, como base de toda a importância, desenvolver a instrução do exército.

Nessas sociedades, por meio de discussões e conferências, que devem ser os seus principais fins, avigora-se o espírito militar e desenvolve-se a instrução do exército porque, para isso, é preciso estudar, pensar, compulsar livros, solicitar esclarecimentos, pedir conselhos, o que tudo produz aumento de conhecimentos, desenvolvimento intelectual, gosto pelo trabalho, e amor pela arte, ou seja pela carreira.

CONFERÊNCIAS MILITARES.
O QUE SE FAZ NO ESTRANGEIRO.

As conferências, que ainda hoje são muito raras no nosso exército, são o melhor meio de estimular o amor próprio dos membros duma classe, pois que por elas se aprecia quem tem saber, quem se quer

instruir, quem tem amor à vida das armas, e, vice-versa, quem dela faz um modo comodo de viver.

O oficial e o sargento ignorante, aqueles que não pretendem instruir-se, teem de ser banidos dos exércitos modernos. Isso compreendeu a França que, há tres anos, selecionou os seus quadros de graduados, reformando oficiais de todas as patentes que foram considerados incompetentes e inaptos. A Bélgica, seguiu esse exemplo, poucos mezes depois de rebentar a actual guerra. A Espanha está seguindo idêntico exemplo.

Não servem aos exércitos modernos os militares de carreira que à vida militar se arrumam como meio simples e comodo de fazer vida para viverem; não servem aos exércitos modernos os militares de carreira que diáriamente vimos nos cafés, nos teatros, nos passeios públicos e nos centros políticos; não servem aos exércitos modernos os militares que, findo o seu curso, atingindo a étape desejada — os galões de sargento ou os galões de oficial, — se desfazem dos seus compêndios, e jámais procuram desenvolver os conhecimentos que buscaram nos bancos das escolas.

*

As conferências militares teem suma importância e utilidade para a classe militar, pois que nelas se podem ventilar um grande número de assuntos

que, devidamente assimilados, não só podem servir de norma para a resolução de casos análogos com freqüência apresentados no decorrer da vida militar, como também contribuem para formar um são critério, base essencial para o desempenho consciencioso das respectivas funções profissionais.

Ignoramos se nos exércitos estrangeiros as conferências militares são obrigatórias, ou se estão regulamentadas. Estejam ou não isso não nos inibe de dizer, com o fundamento em factos sucedidos, que lá fóra se tem em muita consideração essa espécie de conferências.

Em 1880, na Bélgica, por circular de 22 de março, prescreveu-se a organização de conferências e cursos sobre trabalhos de campanha para oficiais e sargentos.

Em 1882, por iniciativa do comandante militar de Odessa (Rússia), os oficiais do distrito reuniam uma vez por semana em conferência, ventilando-se e discutindo-se os assuntos militares mais importantes.

Em 1901, em França, realizaram-se na Escola de Saint-Cyr (1), a exemplo do que já se tinha feito na Escola Politécnica, uma série de conferências subordinadas ao interessante e importante tema

(1) A Escola Militar de Saint-Cyr (França) habilita os oficiais para a infanteria, cavalaria e infanteria de marinha. Na escola só são admitidos indivíduos que possuam o grau de bacharelato. O curso é de dois anos e os alunos pagam

« *Missão social dos oficiais* ». Para a realização desse fim o ministro da guerra mandou organizar um programa, que foi redigido por M. George Duruy, professor da Escola Politécnica.

O conferente foi o major Ebener, habilitado com o curso do Estado Maior, precedentemente oficial às ordens do general Saussier, professor da cadeira de tática da referida Escola, e desempenhou-se do encargo por uma forma tão notável que foi louvado no *Bulletin Official* do Ministério da Guerra.

Em 1911, na Alemanha, o general von Einen, comandante do 7.º corpo em Munster, e antigo ministro da guerra, organizou, nos Centros Militares dos oficiais do exército activo, conferências feitas por oficiais habilitados da reserva e da landwhr *(melicias)*. Nessas conferências eram sempre versados os assuntos modernos, tais como, organização dos correios, telégrafos e caminhos de ferro, questões financeiras, câmbios, exploração de minas, história, geografia, evolução da arte, etc. A título de reciprocidade os oficiais do exército activo realizavam, por sua vez, conferências sôbre assuntos militares e do jogo da guerra, para

---

anualmente 1000 francos, àlêm de 600 a 700 fr. de enxoval. É esta a mesma quantia paga pelos alunos da Escola Politécnica, em cada um dos dois anos que na Escola de Saint-Cyr fazem o curso preparatório. Os alunos de famílias pobres podem ser subsidiados pelas bolsas de Estudo.

aperfeiçoarem a instrução dos seus camaradas do *Beurlaubtenstand*. Os resultados dessas conferências foram tão brilhantes que o ministro da guerra ordenou que todos os comandantes dos corpos do exército seguissem o exemplo do general von Einen.

Em 1901, a Itália, aproveitando a circunstância de que a maior parte dos soldados são lavradores, fez promover uma série de conferências agrícolas nos quarteis, com o objectivo de vincular nos seus soldados ideias exatas e racionais sobre agricultura, concorrendo assim para acabar com o espírito de rotina que nos camponezes predominava. Os conferentes eram professores de agricultura e oficiais que para tal fim gratuitamente se ofereciam. Os comandantes dos corpos do exército tinham créditos especialmente destinados às despezas com os transportes dos conferentes e mesmo dos soldados, para visitarem os estabelecimentos agrícolas modêlo, bem como para a concessão de prémios aos soldados que mostrassem maior interesse e aproveitamento. Se bem que o pensamento destas conferências fosse lançado em 1887 pelo Doutor Zombrano, só em 1901 foi aproveitado, e com tão brilhantes resultados, que o ministro da guerra ordenou que tivessem continuação no ano seguinte.

Também em 1901, em França, no 99.º regimento de infanteria, de guarnição em Chateauroux, o tenente Pinault fez uma série de conferências idênticas, aos seus soldados.

Em 1905, a nossa visinha Espanha, querendo desenvolver o gosto pela agricultura, e evitar que os seus soldados, ao passarem à reserva, deixassem de voltar para os centros rurais, donde vinham para sentar praça, e ficassem nas cidades, promoveu uma série de conferências nos quarteis sôbre agricultura. O próprio ministro da agricultura e o director geral, snr. Prado Y Palacios, inauguraram algumas dessas conferências, e a direcção geral da agricultura publicou e distribuiu pelos soldados uns cartões impressos contendo advertências e conhecimentos uteis para o soldado e agricultor, A Espanha colheu ótimo resultado destas conferências.

Em 1906, na pequena República do Uruguay, por iniciativa da *Revista do Centro Militar e Naval,* o distinto professor de tática geral, chefe de batalhão, sr. Manuel Dubra, iniciou uma série de conferências militares tratando de vários temas de evidente utilidade profissional, todos eles versando sobre pontos concretos de organização militar, estratégia, tática, lojística, etc.

Na Alemanha, já em 1884, era tal o interesse que os poderes públicos desenvolviam para a realização de conferências militares, que o próprio príncipe Guilherme, filho primogénito do príncipe imperial, fez uma conferência no casino militar de Potsdam, versando a tática dos manípulos romanos.

CONFERÊNCIAS MILITARES EM PORTUGAL. SUA HISTÓRIA.

E Portugal o que tem feito a respeito de conferências militares? Pouco mais do que nada.

Em 1879, por portaria de 23 de outubro, mandou-se que em todos os corpos do exército se realizassem conferências mensais, feitas indistintamente pelos diversos oficiais, a convite dos comandantes dos corpos, sobre assuntos militares à escolha dos conferentes, estabelecendo-se que a elas assistissem todos os oficiais que as diferentes circunstâncias do serviço não tornassem impossível a sua comparência.

Nessa portaria taxativamente se indicavam quais os assuntos que deviam ser versados nas conferências, que eram: — história militar portugueza dos tempos modernos; estudo sobre a defeza do paiz; ataque e defeza das praças; tática de combate das tres armas; serviço de segurança dos exércitos em campanha; teoria do tiro; higiene militar; armamento e equipamento das tropas, sua descrição, condições a que deviam satisfazer, sua limpeza e conservação; trabalhos de fortificação da campanha; reconhecimentos militares; avaliação de distâncias; acantonamento, acampamento e biva-

ques; serviços auxiliares do exército; administração militar; substâncias explosivas empregadas na guerra; e outros assuntos, cuja escolha ficava ao descernimento dos conferentes, uma vez que esses assuntos difundissem e aumentassem os conhecimentos militares, sem os quais — diz a própria portaria — *não póde haver exércitos que justifiquem os sacrifícios que impõem às nações.*

Em 1899, quando foi necessário harmonisar os processos de instrução seguidos nos corpos das diferentes armas, decretou-se, em 9 de novembro, um regulamento para esse fim, ficando consignado no seu art. 22.º que as conferências militares fizessem parte da instrução especial dos oficiais. Essas conferências seriam feitas na presença dos oficiais e aspirantes a oficial, só podendo versar sôbre assuntos de tática, história militar, armamento, tiro, fortificação, organização e administração militar, e serviços especiais.

Por disposição do § 3.º do art. 28.º as conferências tinham que ser anunciadas em ordem regimental, e presididas pelos coroneis, a quem pertencia evitar que elas contivessem apreciações prejudiciais à disciplina.

Se bem que no regulamento ficasse consignado, como já frisamos, que as conferências fizessem parte da instrução especial dos oficiais, parecendo, portanto, que deviam ser obrigatórias, isso não era assim, dada a disposição contraditória do § 2.º do art. 28.º que estabelecia que os oficiais que dese-

jassem fazer conferências, comunicariam o assunto de que quizessem tratar e a razão de ordem que pretendiam seguir na exposição, ao comandante do corpo, que as autorizaria não havendo inconveniente.

Em 1907, o ministro da guerra de então, reconhecendo que as conferências militares instituidas em 1879 tinham sido o primeiro passo dado para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da instrução dos oficiais, pois que davam logar a que se salientassem os seus conhecimentos profissionais, revogou as disposições, sôbre conferências, do decreto de 9 de novembro de 1899, por a experiência, nos seus ensinamentos, ter manifestado a necessidade de as revogar de fórma a que as conferências se coadunassem com os seus intuitos.

Por isso, por decreto de 19 de dezembro, estabeleceu-se, com o fim — diz o próprio decreto — *de fortalecer e desenvolver a instrução dos oficiais de todas as armas e serviços, provocando estudos e investigações sôbre a sciência da guerra,* — que se realizassem conferências ordinárias e extraordinárias, com um caracter prático utilitário e conformes às exigências da disciplina.

Aparecem, emfim, as conferências obrigatórias, mas só para os subalternos e capitães dos regimentos de todas as armas, batalhões e grupos independentes ou isolados. No entanto, registe-se, as conferências obrigatórias, que eram as ordinárias, só tinham logar, por disposição do próprio

decreto, nos períodos de instrução de inverno e verão.

De justiça é que se registe que o decreto de 19 de dezembro de 1907 estando, como a portaria de 23 de outubro de 1879 já estava, em contradição com o proprio intuito do legislador — *o desenvolvimento e aperfeiçoamento da instrução dos quadros,* — como adiante registamos, foi o que maior desenvolvimento trouxe à realização das conferências.

Registe-se, com mágua, que a obrigatoriedade das conferências instituida pelo decreto, não foi àlêm de cinco escassos mezes!... Por decreto de 14 de maio de 1908, o mesmo ministro que promulgou o decreto de 19 de dezembro de 1907, tornou-as facultativas com o fundamento — diz o decreto — *de a experiência ter demonstrado a necessidade de assim proceder!...* Por isso não se poude colher os resultados, vantagens e utilidade da obrigatoriedade das conferências militares.

*

Curioso facto a registar, é o dos ministros ao tratarem dos assuntos relativos a conferências militares, reconhecerem, ao promulgar as medidas a esse respeito, « que era incontroverso o progressivo desenvolvimento da sciência e arte da guerra, que impunha aos exércitos modernos variadíssima e complexa instrução » (portaria de 23 de outubro

de 1879), « que os progressos da sciência da guerra apresentavam novas e intensas exigências, creando dificuldades que só são resolvidas por quadros instruidos e habeis » (decreto de 19 de dezembro de 1907), mas só olhavam pela instrução dos oficiais, os únicos membros do exército que podiam fazer as conferências, e únicos também que podiam ouví-las. Os outros membros do exército — *sargentos e cabos* — que tinham comando, com correlativas responsabilidades, que aliaz não são pequenas, e que, mais que os oficiais, precisavam de ser instruidos, dada a pouca instrução que lhes era ministrada nas escolas regimentais, esses eram esquecidos, talvez por os legisladores pensarem, como Napoleão, que a instrução dos sargentos e cabos se podia resumir em pensarem « *que traziam na poltrona o bastão de marechal da França* ». Só quando se implantou a República se saiu desta espécie de monopólio de instrução.

Só então se reconheceu que as conferências, até aí realizadas, eram feitas sob um aspecto demasiado particularista e visando essencialmente, e unicamente, à difusão da instrução entre os oficiais.

Por isso, em 6 de janeiro de 1911, por circular dimanada pela 3.ª Repartição da Direcção Geral da Secretaria da Guerra, sahiu-se da deficiente orientação até aí seguida, com benéfico interesse da instrução do exército em geral, e em harmonia com o critério eminentemente vulgarisador e

democrático que atualmente deve caracterisar a sua organização. Essa circular, modificando o uso estabelecido até então, para a realização das referidas conferências, tirou-lhes o carácter didático, fazendo espalhar os seus benéficos efeitos, por meio duma expansão larga e metódica, sobre toda a corporação militar. Determinou-se que as conferências se efectuassem com a freqüência possível e de preferência nas casernas, revestindo uma feição quanto possível prática, e tratando de assuntos de alcance restrito que mais directamente se prendam com a qualidade de instrução geral e profissional.

De justiça é que se registe que a República tem tomado um tal interesse pelas conferências militares que já depois da circular de 6 de janeiro de 1911, decretando em 9 de maio do mesmo ano, os Estatutos da Associação *Fraternidade Militar*, aí consignou que um dos fins da referida Associação fosse a promoção de conferências ou palestras de caracter educativo sôbre temas militares, patrióticos cívicos, morais e económicos.

No regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano aprovado por decretos de 20 de dezembro de 1913, e 10, 17 e 24 de janeiro de 1914, ficou consignado (art. 9.º —VI Parte) que as conferências façam parte da instrução especial dos oficiais dos quadros permanentes das diversas armas e serviços. Para cumprimento desta disposição ficou consignado (art. 19.º — VI Parte) que

em regra, aos sabados, realizar-se hão nos corpos conferências ou palestras, pelos oficiais para isso nomeados, quando nenhum voluntariamente se ofereça, e perante os oficiais e aspirantes a oficial, podendo também assistir os sargentos quando, pela natureza do assunto, o comandante julgue conveniente determiná-lo ou permití-lo.

*

Por determinação da portaria de 23 de outubro de 1879 os comandantes dos corpos eram obrigados a enviar ao Ministério da Guerra as conferências que julgassem dignas de consideração para, depois de tomadas na devida conta, se determinar a sua publicação em ordem do Exército, onde eram mencionados, com louvor, os nomes dos oficiais cujas conferências fossem julgadas de reconhecido mérito literário ou scientífico.

O decreto de 9 de novembro de 1899, talvez para manter êste incitamento, visto que não revogava as disposições em contrário, limitava-se a dizer « *que as conferências que tivessem de ser enviadas às estações superiores seriam escritas* ».

O decreto de 19 de dezembro de 1907 continuando a manter a disposição da portaria de 1879 ia, no entanto, mais àlêm no encitamento, pois que preceituava que as conferências dos oficiais louvados durante o ano seriam, em cada arma, submetidas a apreciação dum juri, composto pelo director

da arma e por dois oficiais superiores, que dentre elas decidiria a que apresentasse maior mérito scientífico, à qual seria conferido um prémio de duzentos escudos.

No regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano, já citado, está consignado (art. 23.º VI Parte) que as conferências que os chefes competentes julguem dignas de recompensa especial, serão enviadas aos inspectores das respectivas armas ou serviços que, examinando-as, resolvem se devem simplesmente mandá-las arquivar com menção honrosa para os seus autores o qual será declarado em ordem regimental, ou as enviam ao Estado Maior do Exército se as considerarem merecedoras de maior recompensa, informando o que a tal respeito se lhes oferecer. O Estado Maior do Exército apreciando as conferências, directamente ou por intermédio das comissões técnicas, proporá ao Ministro da Guerra a recompensa que julgue de justiça, sendo o trabalho publicado na parte não oficial da Ordem do Exército, sempre que nesta ordem seja louvado o autor (1).

---

(1) Em Espanha, em 1882, por ordem rial de 13 de abril, foi regulado que, quando qualquer militar escrevesse qualquer obra ou executado trabalho pelo qual aspirasse a ser recompensado pelo govêrno, o remetesse pelas vias competentes ao director geral da sua arma, o qual depois de ter ouvido uma comissão de oficiais superiores, nas armas de infanteria e de cavalaria, ou as commissões técnicas nas armas especiais, remeteria a aludida obra ou trabalho, quando o parecer fosse

Pois, apesar de tais incitamentos, ainda nenhuma conferência teve o mérito de ser publicada na Ordem do Exército, ou digna de prémio!... Percorrendo as ordens do exército desde 23 de outubro de 1879, data em que foram instituidas as

favorável, ao Ministério da Guerra, acompanhado da sua própria informação, com declaração, quando se tratasse dum livro, se convinha que fosse declarado de texto para algum dos colégios ou academias militares, caso em que seria também ouvido o director geral de instrução militar. Por obras de originalidade relativa de importância ou utilidade, mas não de extraordinário e relevante mérito podia ser concedido o posto imediato ou a cruz de mérito militar ou a equivalente de Carlos III e Isabel a Católica. As meras compilações ou traduções, bem como os livros e folhetos em que apenas se demonstrasse a aplicação e trabalho, eram objectos de especial recomendação e, quando muito, de uma menção honorífica, que servia de antecedente para méritos posteriores, se o autor ou tradutor viesse a dar novos testemunhos da sua dedicação ao estudo. Ainda dada a importância da obra, podia ser autorisada a sua publicação por conta do Estado, ficando êste com o número de exemplares que se julgasse conveniente para distribuir.

Na Áustria Hungria, em 1884, o vice-almirante barão de Steineck, comandante da marinha austro-hungara, dirigiu uma comunicação aos oficiais da armada em que lhes fez saber que a secção marítima do ministério da guerra, com o fim de animar os trabalhos e progressos scientificos, resolvera crear um certo número de prémios pecuniários de 20 a 70 ducados de ouro, para conceder aos melhores trabalhos sobre sciências marítimas, na conformidade do parecer de uma comissão especial para esse fim expressamente nomeada. Além disso os nomes dos autores seriam citados com menção honrosa na ordem do dia da armada e os seus trabalhos publicados.

conferências militares, até ao presente, tivemos o desgosto de observar que só oito conferências — seis em 1880 e duas em 1889 — foram dignas de louvor!... (1)

Será isto possível?...

A vida do oficial do exército deve ser toda de aturado estudo dado o desenvolvimento constante da sciência da guerra. Aquele que, tendo amor à carreira, queira estar senhor dos conhecimentos indispensaveis a um cabal desempenho das suas múltiplas atribuições; que queira estar em dia com o desenvolvimento da sciência da guerra, tem que, indubitavelmente, dedicar-se a um estudo incessante, logo por conseguinte, estará sempre apto a

(1) Nas ordens do exército de 1880 foram louvados pela forma como apresentaram as suas conferências os seguintes oficiais: — Carlos Augusto Barata, alferes graduado do regimento de cavalaria n.º 5. Tema da conferência: — *Sôbre a alimentação das tropas;* Francisco Augusto Martins de Carvalho, tenente do regimento de infantaria n.º 9 — *Sôbre a instrução do tiro;* Abel Acácio d'Almeida Botelho, alferes do mesmo regimento — *História militar;* Alexandre d'Almeida Oliveira, alferes graduado do regimento de infantaria n.º 12 — *Armamento portátil;* Pedro Manuel Tavares, capitão de artilharia n.º 2 — *Sistêmas de fortificação;* Manuel Cardoso dos Santos Vasques, tenente veterinário de 2.ª classe do regimento de cavalaria n.º 4 — *Escolha de cavalos de guerra.* Nas ordens de 1889: Bento da França Pinto de Oliveira Salema, tenente do regimento de cavalaria n.º 10 — *Importância das pequenas unidades de cavalaria;* Vitoriano José Cesar, alferes do regimento de cavalaria n.º 4 — *Cavalaria independente.*

fazer uma conferência digna de louvor, de publicação, ou de prémio.

Porque assim é, e fazendo justiça aos dotes de inteligência, de trabalho e de estudo de muitos dos nossos oficiais, somos obrigados a acreditar que, àlêm daquelas oito conferências, outras se não fizeram, visto que temos como impossível conceber o contrário, uma vez que mais nenhuma aparece louvada. Ninguêm de boa fé poderá acreditar que durante trinta e seis anos — 1879-1915 — só oito oficiais do nosso exército fossem dignos de elogio pelas suas conferências, razão porque somos impelidos a dizer que poucas ou mais nenhumas se fizeram.

*

A que devemos, pois, atribuir aquele facto? Como conceber que de tanto estudo a que o oficial se deve dedicar, não apareçam conferências louvadas, premiadas ou publicadas em Ordem do Exército, apezar dos incitamentos, com prémios, para isso feitos?

Já em 1901, um distinto escritor militar procurando averiguar as causas de não aparecerem no mercado trabalhos literários, técnicos ou scientíficos, firmados por oficiais, interrogava:

« Será por egoismo?

« Não cremos que o seja. Tal razão não póde formar mais do que uma excepção, nunca formaria uma regra.

« Será por invencível mandriice ?

« De fórma alguma. Sob o império de tal defeito não há o estudo necessário para produzir bom trabalho. O indivíduo por ele dominado, é um inútil, nada há que esperar dele. É mais uma excepção com que não deve entrar em linha de conta.

« Será por indiferença pelo mundo ?

« Talvez. A indiferença pelo mundo vem sempre pelos desenganos obtidos; é uma conseqüência lógica do desfazer das ilusões, uma após outra, num despedaçar crú de esperanças longo tempo acariciadas, que conduz directamente à descrença das cousas e dos homens. Póde muito bem ser essa a razão, não a única, mas uma das mais fortes.

« Por falta de estímulo ?

« Sem dúvida. Sim, é na falta de estímulo que encontramos a razão principal do mal ».

A falta de estímulo, eis a razão, a verdade, porque desde 1879 até ao presente só encontramos oito conferências dignas de louvor (1).

---

(1) Sabemos que o capitão sr. Correia dos Santos desejando que lhe fosse concedido um auxílio para custear as despezas da publicação dos seus livros *Uma viagem de estudo* e *Preparação de Portugal para a guerra europeia*, duas obras de úteis e sábios ensinamentos, que a crítica, nacional e estrangeira, acolheu com óptimas referências, requereu à Comissão Técnica de Infanteria que emitisse parecer a tal respeito, conforme a legislação vigente sôbre o assunto. Para o primeiro destes trabalhos, se bem que tivesse parecer favorável

Seja dito em abono da verdade que à falta de estímulo está aliada a indiferença. Segundo informações colhidas, que reputamos verdadeiras, dada a fonte autorisada onde as buscamos, algumas conferências se teem feito depois que entrou em vigor o regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano (1); mas, ou por indiferença de quem deve

---

da comissão (em maioria) o seu autor nada conseguiu e para o segundo foi-lhe dado um auxílio de cem escudos. Um e outro trabalho que foram oferecidos, para apreciação, aos ministros da guerra e da instrução (Pimenta de Castro e Sobral Cid) não foram dignos duma palavra de louvor, o mesmo acontecendo com duas conferências que o mesmo oficial realizou na *Sala Algarve* da Sociedade de Geografia, e com uma outra feita no Ateneu Comercial. A respeito desta conferência sabemos que o seu ilustre autor requereu ao Ministério da Guerra para ser publicada por conta do Estado, visto que o assunto nela versado muito interessa que seja conhecido para bem do Estado, mas o requerimento foi indeferido sob o pretexto de que se ia publicar o relatório da instrução das Sociedades de Instrução Militar Preparatória!...

(1) Ultimamente o capitão sr. Correia dos Santos realisou no quartel do regimento de infantaria n.º 5 quatro interessantes conferências sobre: I — *Os meios de acção de infantaria. As trincheiras de campo de batalha;* II — *Características dos fogos de infantaria e confronto das experiências realizadas em Madrid com as do campo de tiro de Mafra;* III — *O emprego das metralhadoras nas trincheiras e no seu ataque e defeza;* e IV — *Combates de noite (1.ª parte); Aproveitamento do azote do ar nos adubos químicos e nos explosivos.* No mesmo quartel o alferes sr. Jorge Nunes da Silva realizou uma conferência sobre o tema — *Agentes de ligação.*

reconhecer as que são dignas de recompensa especial, ou por receio de melindre para os conferentes, o caso é que nenhuma tem sido enviada à apreciação das instâncias competentes. Para evitar essas causas, perniciosa uma e aceitavel outra, será bom que à legislação militar do conde de Lippe se vá buscar o remédio.

O conde reinante Guilherme de Schaumburg Lippe, conde de Schaumburg, conde e nobre senhor de Lippe, cavaleiro da real ordem prussiana da Aguia Negra, marechal general do exército portuguez, *Alteza* por alvará de 25 de janeiro de 1763, a quêm o govêrno, para a campanha de 1762, confiou a direcção suprema do exército aliado, foi encarregado pelo Marquez de Pombal, finda essa campanha, de organizar o nosso exército. Nas suas Instruções gerais relativas a varias partes essenciais do serviço diário consignou « que os oficiais mais peritos e os mais aplicados deviam ser louvados e os outros animados a seguir os seus exemplos, com tal modificação porêm, que uns não ficassem desanimados, e os outros ensoberbecidos (§ 2.º do artigo 2.º) ».

O ilustre marechal na sua *Memória sobre os exercícios de meditação militar* mandada de Hugenbourg com data de 20 de setembro de 1773, para se remeter « aos senhores generais e governadores de províncias, afim de se distribuir aos senhores chefes dos Regimentos dos Exércitos de Sua Magestade », já talvez prevendo a indiferença e, por essa

causa, a não efectivação do estímulo, nela determinou « que os Senhores Chefes dos Regimentos enviarão cada ano por uma vez, em diversos tempos, *todas* estas soluções (refere-se aos problemas tácticos) ou ao menos aquelas que mais acertadas tiverem saído, aos Senhores Generais, a quem Sua Magestade tiver encarregado o exame delas; e os Senhores Generais manifestarão aos Senhores Chefes dos Regimentos o seu parecer. O Chefe do Regimento nas suas Relações e Propostas fará menção do que os Senhores Generais lhe tiverem escrito sobre êste assunto, afim de que a capacidade, e os talentos dos Senhores Oficiais a êste respeito cheguem ao conhecimento de Sua Magestade ».

A esta Memória se deve, pois, ir buscar o remédio para pôr ponto final na perniciosa indiferença, de forma que as instâncias competentes possam efectivar o estímulo, dando cumprimento ao disposto no regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano e mais legislação vigente, sobre conferências.

Para isso, basta obrigar os chefes competentes a enviar aos inspectores das respectivas armas e serviços *todas* as conferências. A par disto a disposição do art. 19.º — VI Parte — do regulamento para a Instrução do Exército Metropolitano deve ser alterada de fórma a estipular obrigação.

Além dos inconvenientes apontados, há aínda a notar que a disposição que manda que os chefes competentes enviem aos inspectores das respectivas

armas e serviços *só* as conferências que julgarem dignas de mérito, não póde ser cabalmente cumprida. O receio que póde haver, que decerto há, e não sem razão, por parte de quem cumpre reconhecer esse mérito, de que esse mérito não seja superiormente considerado realmente bom, como lhe parece, e assim incorra em más apreciações à sua competência, para que se hesite em reconhecer o mérito.

A indiferença, de braço dado com os receios apontados, seguidos da hesitação, levam os chefes a julgar tudo sem mérito, para nenhum trabalho ser remetido às instâncias competentes, que é a maneira mais cómoda, àlêm de menos arriscada ao mau conceito da sua competência, de se safarem do embaraço que lhes cria o dever de reconhecerem o mérito dos trabalhos.

*

O estímulo é uma necessidade. É pelo estímulo que se póde tirar todo o proveito do merecimento que exista no indivíduo, incitando-o no trabalho; é pelo estímulo que se póde conseguir merecimento rial no indivíduo que não o tenha ainda, incitando-o no estudo. A premiar o estudo e o trabalho deve haver sempre prodigalidade relativa; com essa prodigalidade o exército tem tudo a ganhar, e o país nada a perder.

Mas, devemos notar, como aliás já foi notado por um ilustre escritor militar, estimular não é só pre-

miar o que atingir o máximo da perfeição; estimular é também animar o trabalho esperançoso de forma que ele nunca desanime, de forma que sempre prosiga, porque só proseguindo pode atingir a perfeição. A esperança só no prémio que se concede ao que é completo, não basta, porque a maior parte dos trabalhadores se julgam sempre incompetentes para atingir um certo gráu de perfeição; sucede até que quanto mais garantias teem d'alcançar aquele *desideratum,* menos se julgam nessa possibilidade, e só animados, e bem animados, é que vão tentando aquilo para que continuamente se estão julgando incapazes.

CONFERÊNCIAS TÉCNICAS. SUA HISTÓRIA.

Já agora, que fizemos a história da evolução legislativa das conferências puramente militares, não queremos deixar de nos referir aos diplomas que foram promulgados com referência a conferências puramente técnicas e scientíficas.

Pela promulgação do regulamento geral do serviço de saude do Exército de 2 de dezembro de 1852 foram instituidas no nosso paíz as conferências médico-militares. A estas conferências, que tinham logar nos hospitais e se realizavam uma vez por

mez, eram obrigados a assistir todos os facultativos em serviço na séde do respectivo hospital.

Eram objecto dessas conferências: — as papeletas dos doentes falecidos, contendo a respectiva história da doença; os resultados das autópsias, com a consignação de tudo quanto fosse digno de nota para as instituições médicas; os relatórios dos casos patológicos que fossem interessantes sob o ponto de vista do diagnóstico, ou de qualquer outro; as questões de imediato interesse scientífico; e a leitura de quaisquer memórias, que os facultativos desejassem apresentar, sôbre os diversos ramos da sciência médica.

Os conferentes deviam ter sempre em vista — dizia o regulamento — que o disvelo empregado no cumprimento da sua missão contribuia muito para estabelecer o juizo àcêrca dos merecimentos dos facultativos do exército.

Estas disposições só foram alteradas e devidamente regulamentadas em 1908, estabelecendo-se então que nas conferências tambêm podessem ser dados para ordem do dia a exposição sôbre assuntos de higiene militar, de cirurgia de guerra, de estratégia sanitária e organização de socorros no campo da batalha, de epidemilogia militar, de oftalmologia, de microbiologia, e de radioscopia.

No decreto de 11 de novembro de 1909 que promulgou o regulamento geral do serviço de saude do exército que ao presente está em vigôr, aquelas disposições foram mantidas com ligeiras alterações.

*

No decreto de 28 de outubro de 1891 que reorganizou a antiga Escola do Exército, hoje Escola de Guerra, pela primeira vez ficou consignado « que àlêm do ensino obrigatório, o Govêrno poderia autorizar, mediante proposta do conselho de instrução, que na referida Escola se realizassem conferências públicas, feitas pelo corpo docente ou por indivíduos estranhos à Escola, sôbre assuntos importantes relativos às sciências militares, ou de construções civís. Esta disposição continuou sendo mantida nos regulamentos de 30 de outubro de 1892, de 23 de agosto de 1894, de 13 de maio de 1896, e de 27 de setembro de 1897.

O regulamento de 19 de agosto de 1911, promulgado pela República, remodelou por completo aquela disposição, determinando que as conferências fizessem parte integrante do ensino, com programa elaborado por uma comissão, revisto e aprovado anualmente pelo conselho de instrução. Como o programa para as conferências sobre educação militar no ano lectivo de 1914-1915 honra a comissão que o elaborou, não fugimos à tentação de o transcrever textualmente, o que fazemos no final dêste trabalho (Anexo n.º 1).

*

Em 1906, o ministro da guerra de então, julgando conveniente que se desenvolvesse a instrução

profissional dos oficiais do corpo de administração militar, com a índole de aplicação ao nosso país, por forma a habilitá-los a conhecer os principais elementos que tivessem influência nos serviços de abastecimento de que pudessem ser encarregados em tempo de guerra, nomeou, por decreto de 5 de outubro, o coronel do serviço do corpo do Estado Maior, Abel Acacio de Almeida Botelho, para fazer uma série de conferências aos oficiais do referido corpo de administração militar, divididos em grupos, expondo-lhes não só as condições em que podessem ser aproveitadas, no nosso país, as vias de comunicação terrestres e fluviais, como também os recursos das diferentes regiões e meios de transporte a que se podia recorrer.

SOCIEDADES MILITARES

Se não estamos em erro foi em 1872 que em Portugal, pela brilhante pena do ilustre general José Estevão Moraes Sarmento, então ainda tenente, se deu princípio à propaganda das associações militares.

Essa lembrança, tão simpática e patriótica, foi acolhida em religioso silêncio pela imprensa da época, e nas conversações particulares foi alvo

duma crítica ignorante e injusta. Ignorante, porque — como então acentuou aquele ilustre oficial — quem atacava a organização das sociedades militares é porque desconhecia que elas floresciam, prosperavam e davam excelentes resultados nos diversos paizes; injusta, porque supunham que essas instituições seriam talhadas de molde a influir nos destinos da política do paíz.

Não é para admirar que isso acontecesse. Então, como infelizmente aínda hoje, há no nosso paíz uma grande dificuldade em fazer ouvir a voz da razão; então, como infelizmente aínda hoje, vimos que os mais incançaveis propagandistas duma causa bôa, cançados de pôr a sua inteligência, saber e vontade ao serviço dessa causa, fartos dum longo e aturado trabalho que faz desfalecer a inteligência mais robusta, a vontade mais potente, se deixam vencer pelo desalento, porque encontram na sua frente essa senhora a que chamamos *rotina*, que tudo entrava, que tudo mata, por não saber separar o trigo do joio.

E, perguntamos, pelo facto de se receiar que as sociedades militares se intrometessem na política, formando como que umas côrtes militares dentro do paíz, é isso argumento suficiente para reprovar a organização dessas sociedades?

Não, e esse receio só mostra que faltam argumentos de peso para se contestar a utilidade dessas sociedades, e isso mais razão nos dá para sustentarmos a opinião de que as sociedades e centros

militares, em vez de serem um elemento pernicioso, como assim querem os críticos de ocasião, constituem pelo contrário um princípio de ordem, ministrando e desenvolvendo a instrução dos seus associados, e estabelecendo entre eles a coesão e espírito de camaradagem, que são o primeiro elemento da força das instituìções militares.

Bem sabemos, e por isso não contestamos, que infelizmente dentro do nosso exército lavra, com grande intensidade, o *virus* pernicioso da política. Isso, comtudo não é de hoje; vem de traz, muito de traz. Saldanha, o grande e respeitavel marechal, figura brilhante da nossa história, militar brioso e distinto, que muito honrou o exército e enobreceu o seu paíz, foi um dos principais responsaveis da inoculação desse *virus*.

Mas, esse facto, que é para lastimar, não póde depôr, em nosso ver, contra a organização das sociedades militares, porque a política virulenta, a política perniciosa de conspirações e de golpes de Estado, jàmais lá poderia entrar, pelo simples facto de que isso era impossível, salvo se se operasse o milagre de todos os militares militarem na mesma política.

Admitindo a hipótese que alguêm se lembrasse de pôr em acção essa espécie de política dentro das sociedades militares, bem de vêr está que esse alguêm não conseguiria criar raizes à sua ideia, visto que os associados de política contrária, a isso se oporiam. Foi isto o que aconteceu em tempos

na Suissa (1), onde há tanta ou mais liberdade de pensamento como entre nós.

No entanto, se não receiamos que as associações militares se transformem em clubs políticos, vimos comtudo que elas muito podem fazer em prol da política do paíz, mas da política nacional, da política do paíz para o paíz, da política da Pátria para a Pátria.

E assim pensamos, porque dia a dia estamos presenciando, e isto também já vem muito de traz, que o advogado é quem legisla para o exército, o militar para o comércio, o professor para a indús-

(1) Na Suissa, em 1872, a comissão central da *Sociedade Militar Federal* (centro dos oficiais suissos) dirigiu-se às diversas secções da Sociedade, convidando-as a representar ao Congresso dos Estados, pedindo-lhes a sua adesão ao voto do Congresso Nacional sobre a centralização da administração militar. Em 27 de janeiro daquele ano reuniu-se a secção de Vaud, sob a presidência do major federal Gaulis, distinto escritor militar, estando presentes mais de cem oficiais de diversas armas. Leu-se a circular da comissão, residente em Aaran, e depois de um breve debate a assembleia aprovou por unanimidade, por proposta do coronel Borgeaud, o seguinte documento: — « Lausane, 27 de janeiro de 1872. — A secção de oficiais de Vaud aos senhores presidente e vogais da comissão central da Sociedade Militar Federal, em Aaran. — Queridos camaradas: — Na vossa circular de 3 de dezembro convidais as secções a que se dirijam por escrito ao alto Conselho dos Estados com o fim de solicitar a sua adesão ao voto do Conselho Nacional sobre a centralização da administração militar. Pelas seguintes razões sentimos não poder corresponder ao vosso atencioso convite: — O nosso pensa-

tria, o médico para o fomento, o engenheiro para a magistratura, e assim sucessivamente, havendo uma completa inversão de papeis e de funções.

Ministros tem havido no nosso paíz, e não foram poucos, que tomaram conta das suas pastas, sem nunca terem estudado, ou pelo menos lido, qualquer assunto que se relacionasse com os afazeres da sua pasta.

O resultado desta inversão de papeis e de funções, e da nomeação de ministros para arcarem com a responsabilidade de pastas para que não teem competência, dá logar, como frisantemente

---

mento difere do vosso na presente questão e àlêm disso pensamos sinceramente que a nossa Associação não deve influir directamente nas discussões políticas a que dá logar a revisão federal no alto Conselho dos Estados. Se nós interviessemos nesta transformação do nosso estado social, os sargentos e cabos e a grande massa dos soldados talvez nos quizessem imitar, o que poderia trazer comsigo a ruptura da coesão moral e sábia disciplina que devem dominar no exército. Opinamos que êste, como tal entidade, se deve abster de tomar parte nos debates da revisão do código fundamental da República. Ninguêm conhece o acolhimento que o povo suisso dispensará ao projecto de constituição que os conselhos superiores da nação estudam nêste momento. Que resultaria pois se ámanha o exército se encontrasse em desacordo com a opinião geral do paíz? Por todas as considerações continuamos a pensar que é prudente abstermo-nos como associação e como exército destas lutas políticas, por mais que cada um individualmente possa pensar como entenda e proceder como cidadão no sentido que julgue mais útil aos interesses da Pátria ».

mostram as coleções do *Diário do Govêrno,* a que muitas medidas legislativas e regulamentares, estejam constantemente a ser anuladas, parcial ou totalmente, e explicadas, arremendadas e aditadas por um chuveiro de leis, decretos, portarias e circulares.

A existência das sociedades militares, que não são mais que associações de classe, evitariam, em parte, os perniciosos efeitos da constante remodelação da nossa legislação porque, os ministros, e principalmente os membros do Congresso, ao promulgarem ou votarem quaisquer medidas ou leis, já teriam conhecimento pela imprensa ou mesmo pelos próprios interessados, o que pensavam os entendidos sobre o assunto a promulgar ou a votar, e isso dava logar a que fosse promulgada ou votada obra mais perfeita.

Por muito sabedor que seja um ministro, um deputado ou um senador, a opinião de muitos entendidos vale mais que uma, especialmente quando se tratam de questões técnicas ou práticas, como em geral são as questões militares.

No estrangeiro, e mesmo em Portugal com algumas, raras, classes, os ministros muitas vezes consultam as associações de classe, sobre diversas medidas que se propõem promulgar, e daí não resulta nenhum mal antes pelo antes contrário (1).

(1) Na sessão do Conselho Nacional Suisso realizada em 20 de dezembro de 1880, foi apresentada e aprovada a

Porque não devemos nós envederar por esse caminho, principalmente quando se tratam de questões técnicas de grande responsabilidade?

Eis, pois, apontada outra grande utilidade das associações militares, a juntar às que já frizamos, que aliás, já brilhantemente foram frizadas, sem contestação, por ilustres oficiais do nosso exército.

SOCIEDADES MILITARES.
O QUE SE FAZ NO ESTRANGEIRO.

Em quasi todos os paízes da Europa existem, devidamente organizadas, as sociedades militares, todas com os fins que temos indicado, sendo os próprios govêrnos que incitam e procuram desenvolvê-las.

Em Espanha existe, entre outros, o *Centro del Exército y de la Armada,* que tem por fim: —

---

seguinte moção: — « O Conselho Federal é convidado a examinar se as críticas especialmente formuladas pela Sociedade Federal dos Oficiais a próposito da nova organização militar sam fundamentadas, e a apresentar à Assembleia Federal um relatório e as propostas necessárias para obviar aos defeitos que forem reconhecidos. » Esta moção foi assinada por 5 coroneis e 2 tenentes coroneis, membros do Conselho Nacional.

estreitar os laços de união e camaradagem entre todos os corpos e institutos do exército e da marinha; atender ao desenvolvimento da instrução militar, e sua generalização pelo país, por meio de catedras, conferências, veladas, ou por qualquer outra forma que se determine; e proporcionar aos sócios recreios e meios de aumentarem a sua cultura, muito principalmente o ensino da ginástica e o manejo das armas. Nêste *Centro* funcionam aulas de francês, inglês, alemão, árabe, esgrima e ginástica, que são freqüentadas pelos sócios, e por seus filhos. Anexo tem uma secção filantrópica que auxilía as familias dos sócios falecidos, que teem direito a um donativo para despezas de enterro e de luto.

Em 31 de dezembro de 1914 o *Centro* tinha 1.505 sócios e as suas contas acusavam um saldo de 596.105 pesetas, isto àlêm de 616.291 pesetas que tinha em depósito. Segundo disposição do art. 5.º dos seus estatutos ao *Centro* é proìbida, em absoluto, a discussão política, religiosa ou de qualquer outra índole em contraposição com as leis, que seja prejudicial à disciplina e interesses do exército, e em geral toda a crítica às autoridades militares.

Podem ser sócios do *Centro* todos os oficiais do exército e da armada, os oficiais dos exércitos estrangeiros que residam ou estejam de passagem em Madrid, os quais não pagam quota, os oficiais da reserva gratuita *(milicianos)*, e os cidadãos

civís, maiores de 23 anos, com domicílio em Madrid, que tenham título profissional ou emprego do Estado de categoria assimilavel a oficial, e aquelles que pela sua posição social mereçam essa distinção, e que previamente paguem uma quota de entrada na importancia de 250 pesetas. São sócios honorários do *Centro,* sem pagamento de quota: — os capitães generais do exército e da armada, o presidente do conselho de ministros, ministros da guerra e marinha, presidente do Supremo Conselho de Guerra e Marinha, primeiro chefe do Estado Maior Central da Armada, capitães generais da região e do departamento marítimo, almirante chefe da jurisdição de marinha, e os governadores militar e civil de Madrid. São sócios de mérito, tambêm sem pagamento de quota, todos os indivíduos militares ou civís, que havendo prestado serviços ao *Centro,* sejam merecedores dessa distinção.

A quota a pagar pelos sócios é de cinco pesetas mensaes sem distinção de postos.

Em França há o *Cercle National des Armées de Terre et Mer* que foi creado por decreto de 5 de fevereiro de 1887, e encontra-se instalado em um rico palácio na Avenida da Ópera (Paris), o bairro mais luxuoso e frequentado de Paris, palácio que está alugado pela quantia de trinta e dois mil escudos. O fim do *Cercle* é o de estreitar, entre os oficiais do exército e da armada, os laços duma cordial camaradagem, de facilitar-lhes os

meios de desenvolverem a sua instrução e de proporcionar-lhes certas vantagens materiais. Como anexo o *Cercle* tem uma sala de esgrima instalada na Caserne Panthémont, e uma biblioteca nos Inválidos.

A inscrição dos sócios é obrigatória para os oficiais do exército e da armada residentes em Paris, e facultativa para os oficiais do quadro da reserva e reformados, que pagam mensalmente as seguintes quotas: alferes e tenentes, 30 centavos; capitães, 40; majores, 60; tenentes coroneis, 70; coroneis, 90; generais de brigada, 1$40; e generais de divisão, 2$00.

Se bem que todas as despezas sejam pagas pelos fundos do *Cercle,* que não recebe do Estado auxílio absolutamente nenhum, no fim do ano de 1913 tinha um fundo de reserva da quantia de tresentos mil escudos (300 contos de réis), e 10.009 sócios.

No seu livro *Uma viagem de estudo* o capitão sr. Correia dos Santos, falando dêste *Cercle* diz:

« A instalação do Centro consta de salões sumptuosos, gabinetes de leitura, de correspondência, salas de cursos, de conferências, uma sala de esgrima com hidroterápia, salas de bilhar, restaurant, hotel muito confortavel, com ascensor e sala de banhos.

« Os quartos são destinados aos sócios do Centro que residam na província e que se encontram em Paris passando alguns dias. O preço do aluguel, é variavel desde três a dez francos por dia.

« Aínda no centro se encontra um café que dá para a avenida da Opera.

« O restaurante serve refeições a preço fixo de 2,25 francos e de 3 francos, bem como se encarrega de refeições especiais para qualquer número de sócios, por preços muito moderados. Também se encarrega de banquetes, a que podem assistir senhoras, para festejar aniversários ou a promoção dos oficiais.

« A sala de leitura possue mais de 100 publicações, entre jornais e revistas de França e do estrangeiro, grande número de dicionários e enciclopédias.

« Grande número de festas são promovidas pelo Centro, na estação de inverno, e a que teem o direito de assistir gratuitamente os sócios e suas famílias.

« Entre as vantagens que o Centro proporciona, há aínda a distinguir que, quasi todas as casas de espectáculo de Paris concedem reduções importantes nos preços dos bilhetes, aos sócios e suas famílias. Os bilhetes sam requisitados por intermédio da secretaria do Centro. Um grande número de estabelecimentos de comércio oferecem descontos consideráveis nos preços, aos sócios do Centro.

« Os oficiais estrangeiros de passagem em Paris podem hospedar-se no hotel do Centro, pagando a mesma quantia que os sócios e podendo também comer no *restaurant* e utilisar-se das salas de leitura e correspondência. Para isso é necessário

que seja feita a devida solicitação pelo ministro do país a que pertence o oficial, sendo obtido deferimento com a maior facilidade ».

Na Alemanha, não há centros militares, mas em todas as unidades há um Casino, para manter o tradicional espírito da corporação. O Casino é um luxuoso *restaurant-club,* com salas espaçosas para baile, jogo, leitura, refeitório e vestuário. Os oficiais solteiros, em geral, e os que estão de serviço, comem nesses casinos onde cada refeição lhe sai pelo preço de 32 a 45 centavos. Quasi todos os mezes se realiza uma grande festa — a *Liebesmahl* — que consta de concerto, declamação e canto. E assim vivem os oficiais alemães nêstes pequenos Centros onde encontram todas as comodidades, e se apertam os laços duma bôa camaradagem e se estabelecem as mais cordiais relações entre os superiores e inferiores, constituindo como que uma grande família. Os sargentos possuem também os seus Casinos.

A Itália, a Áustria, a Rússia, a própria Inglaterra, onde até há poucos dias não existia serviço. militar obrigatório, e a Suíça, onde não há exército permanente, também tem os seus Centros Militares.

*

Segundo o almanaque de Whitaker, em 1880, há 36 anos, existiam na Inglaterra 10 associações de exclusivo caráter militar.

Na Alemanha, onde existem sociedades formadas por antigos militares, existiam, no mesmo ano, 665 dessas associações com um total de 62.775 sócios e um capital de 454.135 marcos. Em 1894 o efectivo dessas sociedades excedia o número de 800.000 aderentes, notando que na Alsácia Lorena existiam 16.177 divididos por 154 sociedades, havendo um acrescimento, com relação ao ano anterior, de 800 sócios. O total das sociedades dêste género existentes na Alemanha, que já em 1905 era de 25.257 com 2.159.611 sócios, atingiu em 1912 o número de 31.327 com 2.871.417 sócios, todas elas federadas na *Féderation du Kypphauser*.

Na Alemanha já em 1870 era tal o interesse e a consideração que os poderes públicos tinham por essas associações que o príncipe Jorge presidiu, nêsse ano, à assembleia geral das associações militares de Saxónia, reunida em Dresde.

Na Noruéga, com 330.000 quilómetros quadrados de superfície para 2.000.000 de habitantes — *Portugal tem 89.000 para 5.000.000* — existiam, em 1894, seis associações patrióticas, com fins quási idênticos aos das sociedades militares, sendo duas dessas associações formadas exclusivamente por senhoras. A mais importante dessas associações é a *Associação de Defensa Norueguеza*, que naquele ano contava 40 círculos sucursais com 9.400 sócios, e o seu fim é crear no paíz uma opinião favorável ao desenvolvimento das instituï-

ções militares, com o fim de assegurar a sua independência. Desde que foi instalada até 1894 organizou 450 conferências e distribuiu mais de 350.000 brochuras, e instituiu êste ano um novo orgão de propaganda, destinado a ser profusamente distribuído pelo paíz. Quanto às outras associações, foram mais especialmente organizadas com o fim de reunirem fundos destinados à defesa nacional. A *Associação das Senhoras de Cristiania* abriu, em 1891, uma subscripção para a aquisição dum torpedeiro, que rendeu 600.000 *corôas,* soma suficiente para a construção do referido barco.

SOCIEDADES MILITARES EM PORTUGAL. SUA HISTÓRIA.

Quanto ao nosso paíz sabemos que em 1870, na nossa província ultramarina de Macau, por iniciativa dum distinto oficial, fundou-se um *Grémio Militar,* que tinha o fim de adquirir livros úteis, proporcionar aos sócios a leitura de jornais nacionais e estrangeiros, jogo das armas, de cartas, de bilhar e todos os mais permitidos por lei, e dar saraus literários, reuniões de famílía e quaisquer

outras diversões para recreio e instrução dos sócios. Julgamos que êste *Grémio* já não existe.

Em Lisboa, no ano de 1873, por iniciativa e inspiração de António Maria de Fontes Pereira de Melo, então ministro da guerra, pretendeu-se fundar um *Grémio Militar*. Para isso — conta-nos o sr. capitão Correia dos Santos no seu livro *Preparação de Portugal para a guerra europeia* — chegou a constituir-se uma comissão que se entendeu com o falecido conde de Burnay, afim de chegar a um acôrdo àcêrca dos melhoramentos a introduzir no palácio onde se encontra instalado o Ateneu Comercial de Lisboa. A princípio todas as facilidades se proporcionavam, chegando os oficiais a convencer-se de que tudo ia correr às mil maravilhas. Mas à medida que se apresentava a questão quasi resolvida, começavam a surgir dificuldades, que qualquer mão oculta preparava, com um poder de varinha mágica. Até que os oficiais compreenderam, que se tratava propositadamente de lhe fazer criar dificuldades, para os desanimar e fazer desistir do seu intento, como realmente sucedeu.

Em Angra (Açores) fez-se idêntica tentativa mas sem resultado.

Em 1886 apareceram publicados nas colunas do *Diário do Govêrno* os estatutos dum *Centro Militar do Exército de Terra e Mar*, que foram aprovados por decreto de 30 de dezembro. Os seus fins eram: — estreitar os laços de bôa cama-

radagem entre os oficiais de todas as armas e serviços do exército e da armada; desenvolver por todas as formas a sua instrução militar e geral; proporcionar aos sócios as distrações e comodidades compatíveis com a sua situação. Para satisfação destes fins o *Centro* propunha-se: — publicar uma revista periódica especialmente consagrada a assuntos técnicos de interesse para o exército e para a armada, que seria ao mesmo tempo o orgão especial do *Centro;* instituir uma bibliotéca; e organizar salas d'armas, ginásio, carreira de tiro e salas de jogo. Além disso o *Centro* podia, quando os recursos financeiros o permitissem, subsidiar os alunos das escolas militares, estabelecer concursos a prémio para a apresentação de memórias sôbre qualquer assunto militar de reconhecida importância, e premiar os indivíduos que tivessem manifestamente contribuido para o engrandecimento do *Centro* por meio de conferências, regência de cursos, publicações por eles patrocinadas, ou outros serviços valiosos. Segundo disposição do art. 3.º dos estatutos o *Centro* era considerado, para todos os efeitos, como instituïção de utilidade pública.

Como a instalação dêste Centro dependia dum subsídio do govêrno, que nunca foi concedido, a sua organização não passou da publicação dos estatutos no *Diário do Govêrno* e da cobrança de algumas quotas, que foram restituidas.

Na vigência da República, em 1915, novamente surgiu a ideia, entre nós, da fundação dum *Grémio do Exército e da Armada,* em Lisboa. A ideia e a iniciativa partiram do distintíssimo capitão do estado maior, sr. Correia dos Santos (1).

Segundo o projecto de Estatutos, que foi largamente distribuido pelos oficiais do exército e da armada, o *Grémio* a instituir teria como fim o desenvolvimento integral da colectividade militar:

a) estreitando os laços de união e camaradagem entre os oficiais do exército e da armada;

b) desenvolvendo a instrução geral e profissional dos sócios;

c) fazendo propaganda das instituìções militares por todo o paíz;

(1) Depois da manifestação coletiva dos oficiais do exército da entrega das espadas, mais conhecida pela *manifestação das espadas,* e da conseqùente subida ao poder do general sr. Pimenta de Castro, alguns oficiais, tendo como principal entusiasta o capitão sr. Correia dos Santos, pensaram na forma de fazer conciliar a família militar portugueza. Para êsse fim houve uma reunião no *Café Martinho* a que assistiram aquele oficial e o major Reis e Silva e capitão José Maria Rosa Junior, todos do regimento de infanteria n.° 5, ficando nessa reunião assente que se convidassem alguns oficiais da guarnição de Lisboa, para uma reunião na séde da *Revista de Artilheria* afim de se assentar na forma de se organizarem os estatutos para a fundação dum Centro Militar. Essa reunião efectuou-se no mez de fevereiro, elegendo-se uma comissão, com representantes do exército e da armada, para elaborar o projecto dos estatutos, ficando essa comissão com a faculdade de poder agregar a si quaisquer outros elementos.

d) zelando os interesses dos sócios e procurando adquirir para eles todas as vantagens materiais que podessem facilitar a sua vida económica; e

e) proporcionando diversões aos sócios e suas famílias.

O *Grémio* realizaria os seus fins:

a) solicitando, secundando, e auxiliando por todos os meios legítimos, a iniciativa e trabalhos oficiais e particulares que entendesse corresponder aos seus estatutos;

b) estudando e fazendo a sua propaganda por meio de conferências, memórias, jornais, revistas e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda;

Essa comissão ficou definitivamente constituida pelos srs. João Bátista Ferreira, capitão de fragata, Aurélio de Ponce Leão, major do secretariado militar, Almeida Dias, capitão médico, Pereira da Silva, major farmaceutico, Martins de Lima, capitão de cavalaria, Domingos de Oliveira, major de cavalaria, Antéro Borges, tenente maquinista naval, David Branquinho, Correia dos Santos, José Maria Rosa Junior e Luciano Cordeiro, capitães, Virgílio Escudeiro, tenente, e Conrado Ribeiro de Melo, capitão veterinário. Elaborado o projecto dos estatutos foram seguidamente discutidos numa reunião que teve logar na sala da assembleia geral da *Cooperativa Militar*, sob a presidência do coronel de infanteria sr. Manuel Maria Coelho, assistindo delegados representantes dos corpos da província. Por se tratar dum documento valioso, publicamos (anexo n.º 2) no final dêste trabalho o relatório que precedia o projecto dos estatutos, inteligentemente elaborado pelo capitão médico, sr. António d'Almeida Dias.

c) correspondendo-se directamente com todas as entidades e estações oficiais, e com todas as outras associações e colectividades de que carecesse para realizar os seus fins;

d) organizando viagens de instrução e estudo pelo país, colónias e estrangeiro;

e) promovendo e realizando conferências, sôbre qualquer ramo de sciência, e publicando esses trabalhos no *Boletim do Grémio,* em separata, ou no jornal ou jornais do mesmo, quando esses trabalhos o merecessem;

f) organizando conferências contraditórias sôbre diversos ramos de sciência, especialmente sciências militares, direito, organização e administração coloniais, sendo estas conferências feitas só por sócios;

g) organizando bibliotecas e gabinetes de leitura e obtendo gratuítamente, por troca com as publicações do *Grémio,* ou pecuniáriamente, todos os jornais e outras publicações nacionais ou estrangeiras de utilidade para o *Grémio;*

h) fundando ou promovendo a fundação de institutos de educação física, de ensino elementar, cursos práticos de línguas vivas, bolsas de estudo para filhos de oficiais e escolas profissionais de aviação, automobilismo, etc.;

i) fundando cooperativas de crédito e consumo, caixas económicas e de socorros, *messes,* casas de saúde e outras instituições de assistência e de utilidade para os sócios e suas famílias;

j) organizando festas cívicas, desportivas e outras, especialmente com fins educativos;

l) fundando revistas de sciências, especialmente militares, e jornais para propaganda e defesa dos interesses da associação;

m) obtendo a integração no *Grémio,* de todos os oficiais, qualquer que fosse a situação em que se encontrassem, e de todas as associações, emprezas, e outras colectividades exclusivamente militares; e

n) estabelecendo no *Grémio* e nucleos, recreios, desportos e jogos permitidos por lei.

O *Grémio,* logo que os recursos o permitissem, estabeleceria nucleos em todos os centros de população do continente, ilhas adjacentes e colónias onde existissem ou viessem a existir guarnições militares permanentes, podendo esses nucleos ser as sociedades de oficiais já organizadas nessas guarnições.

O *Grémio* seria constituido por secções técnicas, que se ocupariam de assuntos de competência profissional, de educação, instrução, assistência, fomento, estudos coloniais, etc., e por secções de carácter associativo, as que se ocupariam de assuntos de cooperativismo, proteção, recreios, desportos, imprensa, informações, procuradoria, etc. Como já se preceituava nos estatutos do malogrado *Centro Militar do Exército de Terra e Mar,* o *Grémio* seria considerado, para todos os efeitos, instituìção de utilidade pública. Segundo disposição do art. 5.º

do projecto de estatutos, ao *Grémio* era vedado ocupar-se de assuntos de carácter essencialmente político, religioso ou que dissessem respeito à disciplina militar.

Porque não vingou esta nova tentativa? Ignoramos. O que sabemos é que ao general sr. Pimenta de Castro, então ministro da guerra, foi entregue o projecto dos estatutos, retendo-o em seu poder desde os meiados do mez de março, sem nunca lhe dar solução, se bem que freqüentes pedidos lhe fossem feitos por alguns oficiais, chegando mesmo um oficial a elaborar e a entregar-lhe um projecto de decreto para a sua promulgação. O sr. Pimenta de Castro guardando na sua gaveta esse projecto de decreto, limitou-se a enviar o projecto dos estatutos ao general sr. Dantas Baracho, para este ilustre oficial dar o seu parecer. O projecto do decreto foi encontrado por um oficial, no dia 16 de maio, na gaveta onde o sr. Pimenta de Castro o tinha sepultado desde o dia em que lhe foi entregue (meiados de março), o qual foi rasgado poucos dias depois de ser constituido o ministério saído da revolução de 14 de maio, por se julgar inoportuna a creação do *Grémio*.

Apoz a revolução de maio, o capitão sr. Correia dos Santos que, como já dissemos, foi quem teve a ideia da organização do *Grémio do Exército e da Armada*, mais alguns passos deu para atingir o seu fim. A respeito das *démarches* que então se fizeram para isso, sam contadas pelo próprio capi-

tão sr. Correia dos Santos no seu livro *A Revolução de 14 de Maio,* pela seguinte forma:

« Também pensamos na ideia sedutora de conciliar a família militar portugueza, que se encontrava dividida, apoz os acontecimentos da entrega das espadas. E para êste efeito julgamos da mais recomendável prudência, evitar-se que de futuro os elementos civís interviessem na vida dos quarteis.

« Julgamos aínda, que se poderia continuar insistindo na realização da iniciativa de alguns oficiais, que redigiram o projecto dos estatutos, para a fundação do *Grémio do Exército e da Armada,* para assim se dar o primeiro passo para se conseguir a confraternisação dos oficiais, que poriam de parte quaisquer incompatibilidades, originadas pelas dissenções políticas.

« E assim, na manhã do dia 18, 3.ª feira, procurámos ouvir a opinião de alguns oficiais dos regimentos de infanteria n.º 5 e infanteria 1, de todos os partidos, para se encontrar a forma prática de convencer o govêrno da conveniência da realização destas medidas, mas de forma que esta tentativa não fosse considerada uma imposição de força.

« No regimento de infanteria n.º 1, depois de trocadas as impressões com os oficiais, registou-se numa folha de papel as trez questões concretas a que aludimos. Mas por último, alguns dos nossos camaradas acharam prudente, e nós concordamos, que se tratasse mais tarde da fundação do Grémio

Militar, depois dos ânimos serenarem. Ficou pois assente, que se solicitasse dos partidos a suspensão da campanha contra o chefe do Estado e se pedisse ao govêrno, que tentasse evitar a intervenção dos civís na vida dos quarteis.

« Tencionavamos continuar ouvindo as opiniões dos nossos camaradas dos outros regimentos da guarnição, aproveitando o ensejo, para lhes comunicar quais os esforços que tinhamos empregado para nos desempenharmos da missão, de que fôra incumbido, como membro da Junta Constitucional. Mas de repente, tivémos o presentimento de que a nossa bôa intenção poderia ser mal interpretada. Lembrámo-nos subitamente, que viviamos num paíz excécionalmente egoísta, onde predominam os instintos ferozes. E resolvemos não proseguir na nossa ingénua tentativa. Telefonamos para alguns oficiais, prevenindo-os de que disistiamos das propostas apresentadas.

« Quando nos dirigiamos ao hospital de S. José, para nos informarmos do estado de saúde do sr. João Chagas encontrámos o comandante interino de infanteria n.º 1, a quem comunicámos, que desistiramos do intuito de que estavamos animados com tanto entusiasmo.

« E que feliz foi êsse momento, em que tomamos uma tal resolução, porque quando, alguns instantes depois, entrámos na repartição do gabinete da secretaria da guerra, já lá tinha sido entregue o documento que ficara escrito em infanteria n.º 1,

e que me era apresentado como um manifesto, que eu andava distribuindo aos oficiais da guarnição de Lisboa, para os sublevar contra o govêrno! Felizmente, poude desfazer com facilidade tão caluniosa acusação! »

E assim, o *Grémio do Exército e da Armada,* não passando da elaboração do projecto dos estatutos, aínda hoje está por organizar.

O que os oficiais do exército na conseguiram fazer em Lisboa, nem os sargentos sequer tentaram, conseguiram os oficiais de marinha. Por decreto de 15 de novembro de 1866 foi fundado em Lisboa o *Club Militar Naval* com os fins seguintes: — fazer convergir os esforços colectivos dos oficiais que constituem êste grupo, para que a corporação da armada sirva com abnegação, zêlo e denodo o seu paíz; buscar, quanto em si couber, que se torne conhecido o seu préstimo, procurando que a marinha seja animada e favorecida em suas laboriosas fadigas; e, exercitar por meio de palestras scientíficas e literárias, por adequadas publicações e por todos os meios legais, os estímulos geradores das grandes acções e factos que honram a humanidade, para que os oficiais se tornem distintos e continuem a conservar as tradições gloriosas da marinha portuguesa.

Este *Club,* que ainda hoje existe, reformou os seus primitivos estatutos em 1912, sendo aprovados pelo govêrno da República por decreto de 25 de maio do mesmo ano. No seu regulamento interno

aprovado na assembleia geral realizada em 25 de abril de 1913, ficou consignado que o *Club,* para preencher os fins que lhe designam os estatutos, deverá: — publicar um periódico scientífico; promover o estudo de téses sobre assuntos de sciência, de história, ou de administração; facilitar aos sócios a consulta de livros da sua biblioteca; promover preleções, leituras e narrações que se coadunem com os fins da sua instituìção; e promover a convivência e boa amizade entre os sócios facultando-lhes jogos lícitos e outras distrações, especialmente os jogos de armas e os scientíficos destinados ao estudo da guerra marítima (1).

Quanto à iniciativa dos sargentos, quer do exército quer da armada, limitaram-se a fundar em Loanda, capital da nossa província ultramarina de Angola, uma associaδão denominada *Centro Militar de Instrução e Recreio,* que aínda hoje existe, e nada sequer tentaram em Lisboa.

(1) A última conferência militar que se realizou nêste *Club* foi feita, em 24 de dezembro próximo passado, pelo 1.º tenente da armada, sr. Carlos de Sousa Leal, subordinada ao interessante tema — *A defesa do pôrto de Lisboa.*

SOCIEDADES MILITARES. VANTAGENS DA SUA ORGANISAÇÃO.

— « *La profession des armes vit surtout de considération* ».

Isto disse e escreveu o coronel Newal, no *Journal des Sciences Militaires,* num brilhante artigo intitulado *De la necéssité de l'instruction.*

Hoje ainda subsiste êste axioma, com mais provadas razões, entre as quais podemos citar os exemplos da actual guerra.

Ao contrário do que sucedia noutros tempos, que se considerava a carreira militar como a mais nobre, hoje essa importância podemos dizer que desapareceu.

O exército, há uns tempos a esta parte, é olhado com indiferença, mesmo até com desprezo, tido como um inútil cancro do tesouro, tudo por se considerar, erradamente, que nada mais é do que um arrumo de creaturas que nada querem fazer.

E isto porquê?...

Porque se então a instrução do exército não era superior às das outras classes, havia comtudo um motivo que obrigava todos os cidadãos a considerá-lo e a respeitá-lo: — eram os actos praticados no campo da batalha em defeza da Pátria comum.

Hoje esse motivo quasi que desapareceu. As guerras são raras, e por isso aqueles sentimentos de consideração e respeito foram desaparecendo pouco a pouco.

Os campos da batalha são, na verdade, o verdadeiro terreno de acção dos exércitos; mas, não é só pelos actos de dedicação praticados ou pelas vitórias alcançadas, que o exército se deve fazer respeitar.

Para que esse respeito subsista, aínda quando se tenham passado muitos annos de paz, é preciso que o exército se mostre digno pelas suas qualidades morais, pela sua instrução e pela sua educação militar.

Essas qualidades, essa instrução e essa educação, podem-se ir buscar às sociedades militares.

A freqüência dessas sociedades, em convivência, concorre eficazmente para o desenvolvimento da instrução e educação daqueles que por quaisquer circumstâncias não poderam adquirir a ilustração e mais condições indispensáveis para se apresentarem sem deslustre seu ou da sua classe, em qualquer parte.

Quando não fossem tão importantes as vantagens que para a instrução militar, principalmente dos quadros, advirão da organização das sociedades militares, bastava esta última consideração para fazer pesar a balança em seu favor.

Esta consideração é, a nosso vêr, uma das mais importantes a considerar e das que mais deve pesar

na consciência daqueles que teem obrigação de olhar para êstes assuntos.

Mais que provado está que não basta saber manobrar perfeitamente com uma secção, pelotão, companhia, batalhão, regimento ou divisão, para se estar habilitado a ser sargento, subalterno, capitão, major, coronel ou general. Para todos êstes postos, que todos são postos de comando de grandes responsabilidades na paz e na guerra, é necessário ter instrução, mas não só aquela instrução que se busca, obrigatóriamente, nos bancos da escola.

A instrução que se busca obrigatóriamente, quasi sempre contrariado, nos bancos das escolas, uo geral com o único fito, não de aprender, mas de ascender ao posto para se ter um modo de vida, não passa duma pequenina preparação militar, dados aqueles factores e ainda o facto do estudo ser feito quasi que na *meninice*, quando ainda se não tem a inteligência necessária para a boa compreensão do que se estuda.

O que assim se aprende nas escolas para nada serve se, ao abraçar-se a carreira, se desistir de continuar a estudar, não só dedicando-se a novos estudos, mas também a práticamente fazer o que fizeram ou viram fazer teoricamente nas escolas.

Se não se quer continuar a seguir pelo errado e pernicioso caminho de se julgar que basta saber desempenhar as funções do seu posto para se ser um bom sargento ou um bom oficial, criem-se as sociedades militares.

Temos em nós arreigada a convicção de que à má organização da instrução do nosso exército, e mais do que a qualquer outra causa, ao péssimo sistema de recrutamento do professorado para as nossas escolas militares, que a maior parte das vêzes mais obedece a empenhos e a influências políticas, se devem as precárias circunstâncias instruitivas em que se acham os nossos oficiais e sargentos.

*

Para nada serve ter tropas bem instruidas, se não se tiver bons chefes que saibam utilisar essa instrução. Haja em vista, por exemplo, o que sucedeu à Alemanha em 1806, que possuia um exército excelentemente instruido em manobras. Por falta duma hábil direcção esse exército não impediu que Napoleão conquistasse o paíz no fim duma campanha de quinze dias.

Frederico II procurando adestrar as suas tropas nas manobras não descurava a instrução dos seus generais. Nas horas que tinha livres dos seus trabalhos reunia-os e discutia com eles, não só os princípios gerais da sciência da guerra, mas as suas próprias campanhas. Deste modo formou uma excelente escola de generais que o secundaram admiravelmente.

Napoleão, por não seguir esse exemplo, veio a arrepender-se. Êste ilustre militar tinha tão grande repugnância em ceder qualquer parcela da sua

autoridade aos seus oficiais, que os queria ignorantes para — dizia — melhor lhe obedecerem. Confiando muito na sua sciência, só lhes exigia bravura e obediência, e descurava, por isso, a sua instrução. Só viu o seu tremendo erro quando, levado pela vastidão dos seus projectos e pela atitude da Europa, teve de sustentar campanhas simultâneas em teatros muito afastados, sendo por isso forçado a entregar a sua direcção a alguns dos seus generais que êle considerava mais afamados. Foi quando principiaram os seus revezes. Haja em vista, por exemplo, o que sucedeu ao general Massena que foi retumbantemente batido na gloriosa e heroica batalha do Bussaco.

O QUADRO DOS SARGENTOS. IMPORTANCIA DA SUA INSTRUÇÃO.

Dadas as condições da guerra moderna, que são muito differentes das de outrora, é indispensável que os quadros do exército possuam uma certa soma de conhecimentos técnicos, scientíficos e práticos, sem os quais não poderão exercer condignamente as suas funções.

Se o oficial necessita instruir-se, essa necessidade mais se estende ao sargento porque, àlêm doutras

circumstâncias, destaca-se o facto de êle ser o oficial d'ámanhã.

Se o oficial saído da Escola de Guerra possue uma instrução que o leva a descernir, com relativa facilidade, os assuntos da sciência da guerra, isso não acontece com o sargento, o oficial d'ámanhã, pois que conquista os ambicionados galões de oficial com uma instrução relativamente escassa.

O que se aprende nas escolas regimentais e na Escola Central de Sargentos pouco mais é que o correspondente às materias do exame de instrução primária (2.º grau) e do exame do 3.º ano dos liceus. Se esta escassa instrução não fôr desenvolvida práticamente, não só por meio de cursos especiais, como se faz no estrangeiro, mas, principalmente, por meio de conferências, de preferência práticas, o sargento, que é o oficial d'ámanhã, não poderá, antes que queira, e a bôa vontade não lhe falte, executar o seu grande papel dentro do exército.

Não é só o facto de o sargento ser o oficial d'ámanhã que impõe a obrigação de se olhar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da sua instrução.

A missão do sargento a dentro do exército, dado o desenvolvimento que tem tomado a sciência da guerra, é tão vasta, tão importante, tão complicada e de tão grande responsabilidade, que é necessário pô-lo a saber e a vêr como qualquer oficial.

É êle, pois, mais do que qualquer outro militar, que mais necessita que se organizem as sociedades

militares, para aí buscarem os conhecimentos que não se buscam nas escolas, nos compendios teóricos ou nos regulamentos.

*

Sem que sejamos levados pela paixão política desta ou daquela forma de govêrno, podemos dizer, sem faltar à verdade, que a monarquia jámais se preocupou com a instrução do sargento do nosso exército.

Como já frizamos, os ministros da monarquia que promulgaram medidas sobre conferências militares eram concordes « a que o progressivo desenvolvimento da sciência da guerra impunha quadros bem instruidos, com conhecimentos militares, sem os quais — dizia um dos ministros — não póde haver exércitos que justifiquem os sacrifícios que impõe às nações ». Comtudo as conferências militares — óptimo meio para desenvolver a instrução dos quadros —, eram feitas só por oficiais e só para oficiais ouvirem, porque as disposições regulamentares do assunto assim determinavam.

A República, fundando a Associação da *Fraternidade Militar,* esse benéfico e altruista instituto de tão largo alcance e que, infelizmente, tão mal compreendido tem sido por aqueles que mais obrigação e dever tinham em o compreender, rasgou a densa nuvem de trevas que se opunha a que o

sargento se instruisse em confraternidade, no convívio com os seus camaradas, trocando impressões, pedindo esclarecimentos, solicitando conselhos, e ouvindo os seus superiores.

Se a República com a promulgação da sua circular de 6 de janeiro de 1911 já alguma coisa tinha feito em pról do desenvolvimento da instrução do sargento, promulgando o decreto de 19 de de maio do mesmo ano, o que fundou a Associação da *Fraternidade Militar,* deu o primeiro passo para a organização das sociedades militares.

Nesse decreto ficou consignado que a Associação da *Fraternidade Militar* fundasse salas de reunião e, como já frisamos, promovesse conferências ou palestras de caracter educativo sobre temas militares, patrióticos, cívicos e morais.

*

É conhecido o aforismo de que os bons quadros fazem os bons exércitos; a força duma nação vale o que valem os seus quadros.

Segundo a opinião já emitida por autorizados tratadistas militares, um bom corpo de sargentos é o elemento essencial do valôr dos exércitos tanto que, é axioma corrente, sem bons sargentos não há bons soldados.

Um exército que não tenha um bom quadro de sargentos não oferece garantias, nem preenche o fim a que é destinado.

O sargento, que é o oficial d'ámanhã, é o intermediário indispensavel do comando, o traço de união que liga o soldado ao oficial. Porque isso é assim, só espíritos frívolos, desconhecedores das variadas exigências da arte da guerra, podem reputar dispensavel aquele utilíssimo auxiliar do comando que, pela natureza especial das funções a seu cargo, é o que vive mais em contacto com o soldado, e conseqüentemente, é quem sôbre êle exerce uma influência mais imediata.

Por isso, para que o sargento possa ser um bom guia e um óptimo educador e instrutor do mancebo que se alista no exército comunicando-lhe a todos os momentos o espírito militar, sem o qual a passagem pelas fileiras será quasi que infrutífera, é necessário que possua os requisitos indispensáveis para exercer essa salutar missão.

Como muito bem disse o capitão belga Brencer, em uma conferência feita perante sargentos, os processos de combate moderno, o aperfeiçoamento das armas, deram à esquadra e à secção, uma importância que outr'ora não se suspeitava sequer. Por êste facto, e aínda por já suficientemente estar provado que nas guerras modernas os oficiais são de preferência alvejados pelas balas inimigas, produzindo consideraveis perdas, é necessário — opina o mesmo oficial — que os sargentos saibam tanto como um oficial, não só porque teem de suprir as faltas dos oficiais mortos, mas tambêm — opina ainda o mesmo

oficial — por o valôr dum exército estar ligado ao valor dos seus *fileiros*.

Razão, pois, temos em afirmar que é duma necessidade imperiosa tratar-se da instrução do exército, muito principalmente, por virtude dos factos apontados, da do quadro dos sargentos.

Mas, registe-se, que ao falarmos da instrução do exército, de fórma nenhuma queremos referir-nos á banal instrução contida nos compêndios escolares que muitas vezes se leem, mas não se compreendem, que se estudam para depois não se saber pôr em prática, e que, quasi no geral, para nada servem nos campos da batalha.

Falando da instrução do exército, queremos capitalmente referir-nos à instrução prática, geral e profissional, que é a de essencial utilidade e que mais ensinamentos traz; queremos referir-nos à instrução à alemã.

Para os sargentos, que ámanhã promovidos a oficial não se destinam a tirar cursos de especialidade, não são precisos ensinamentos teóricos senão os indispensaveis elementos de tática, topografia, fortificação, balística, armamento e código de justiça militar.

Para esses oficiais d'ámanhã e mesmo para todos os outros oficiais que não pretendam tirar cursos especiais, basta que se faça como na Alemanha, onde a teoria é um simples auxiliar, e a prática é tudo. Os oficiaes alemães pelo facto de terem uma instrução teórica reduzida à simples expressão,

nem por isso deixam de ser uns profissionais a valer, como muito bem acentua o distinto capitão Correia dos Santos no seu recente livro *Preparação de Portugal para a guerra europeia.*

Haja em vista as lições da actual guerra que muito teem de influir em todos os exércitos, principalmente no nosso.

A INSTRUCÇÃO E EDUCAÇÃO DO SOLDADO

Se é necessário que o oficial, o sargento e o cabo, sejam devidamente instruidos e educados para se saberem guiar e guiar os seus subordinados, e que amanhã teem de ser a esperança da vitória, necessário é também que o soldado seja instruido e educado, não com sciência que não compreende, mas com exemplos e práticas, ensinando-lhes o amor à virtude, à resignação, ao dever, à abnegação, à honra, à disciplina, à obediencia, à Patria.

O soldado assim ensinado com mais facilidade obedece e com mais facilidade cumpre o seu dever, e, o que é essencial, mais confiança deposita nos seus superiores.

Pela confiança que os soldados tinham nos seus chefes, aponta-nos a história exemplos de verdadeiros prodígios.

Trinta e cinco mil gregos seguiram Alexandre para a conquista do mundo; o exército de Cartago acompanhou Anibal, atravessando os Alpes, para combater Roma; Napoleão levou os seus exércitos às capitais de quasi toda a Europa; Nuno Alvares Pereira com 4.000 soldados portuguezes foi a Aljubarrota desbaratar 40.000 soldados castelhanos; Mousinho d'Albuquerque, com 40 soldados aprisionou o regulo Gungunhana na posse de milhares de partidários.

Em todos os Estados que teem em conta que o exército é o único sustentáculo da sua independência, tem-se compreendido que a melhor organização militar nada vale, se no ânimo do soldado não imperar, àlêm do espírito militar, o sentimento da obediência aliado ao sentimento da confiança.

Por isso, a instrução, que pelos mais sábios pensadores foi sempre considerada a alma da sociedade e o melhor meio do seu aperfeiçoamento, não deve ser descurada com relação aos nossos soldados.

Para alcançar em parte esse desideratum devem-se organisar *serões* e *passeios militares*.

Devemos registar, como de justiça, que a ideia dos *serões militares* já não é nova. Ela é original e foi lembrada, em 1863, por um oficial do nosso exército, Francisco Pedro Celestino Soares, num artigo publicado na *Revista Militar*.

SERÕES MILITARES
SUA IMPORTANCIA E UTILIDADE

O que vem a ser os *serões militares?*

É a demonstração, pela leitura ou pela conferência ou pela palestra, de exemplos do que foi e tem sido o soldado portuguez. Para isso serve, e muito bem, a nossa gloriosa história. Ela, como nenhuma outra, está recheada de sublimes actos de abnegação, de heroismo, de dedicação, de patriotismo, de honra, de sacrifício.

Á noite, nas casernas, à formatura do recolher, quando se lê a ordem do serviço e os deveres dos soldados, abram-se as paginas da nossa história, quasi todas brilhantes e gloriosas, e leiam-se aos soldados.

Lendo-lhes essas paginas ficarão eles sabendo — porque infelizmente a maioria, a grande maioria, não sabe, por não saber lêr — que tivemos um Egas Moniz que pelo comprometimento, por outrem, da sua palavra honrada, ofereceu a sua cabeça e a dos seus à guilhotina; que tivemos um Gonçalo Mendes da Maia que se deixou matar pela conquista dum padrão heroica para a sua Patria; que tivemos um Nuno Alvares Pereira, o santo condestavel, o heroi de Atoleiros, de Trancoso e de

Valverde, que á frente de 4.000 portuguezes, desbaratou 40.000 castelhanos na gloriosa e sempre recordada batalha de Aljubarrota; que tivemos um D. Fernando, o infante santo, o martir cativo de Fez, que às côrtes reunidas em Leiria aconselhou — ele proprio — que não entregassem Ceuta em troca do seu cativeiro, preferindo, para glória da sua Pátria, ficar cativo por toda a vida; que tivemos um D. Duarte de Almeida que na batalha do Tóro se deixou decepar em defeza da bandeira querida da Pátria; que tivemos um Vasco da Gama que passando por mares nunca dantes navegados descobriu o caminho marítimo para a Índia; que tivemos um Afonso de Albuquerque, o homem de génio brilhante e de valor assombroso, o heroe sublime de Gôa, Malaca e Ormuz; que tivemos um D. João de Castro que para reconstruir a praça de Diu desmantelada pelas forças do Sultão de Cambaya, essa praça que era então o nosso primeiro padrão de glória no Oriente, mandou desenterrar os ossos do seu próprio filho D. Fernando para os empenhar em proveito dessa reconstrução, e as suas próprias barbas enviou à cidade de Gôa em troca de donativos para esse fim; que tivemos um Luiz de Camões, o imortal príncipe dos poetas portuguezes, que legou à sua Pátria esse grande poema que se chama *Lusíadas,* onde estão cantados os feitos heroicos dos nossos antepassados, os feitos heroicos desta querida Pátria que o poeta, apesar da ingatidão das gentes, sempre amou e honrou;

que tivemos um Phebus Moniz que nas côrtes de Almeirim foi o único procurador do povo que levantou a sua voz para protestar contra a soberania de Castela; que tivemos uma D. Filipa de Vilhena que em defeza da Pátria oprimida pelo jugo estrangeiro armou — ela própria, a santa mãe — os seus filhos cavaleiros, e os mandou combater pela Restauração de Portugal; que tivemos um Matias de Albuquerque que na batalha de Montijo desbaratou um formidavel exército espanhol; que tivemos um Marquez de Pombal, o notavel estadista de que Portugal se ufana, que restaurou o seu paíz levantando-o do marasmo atrofiador em que dia a dia se ia definhando; que tivemos, emfim, muitos e muitos outros portuguezes que devem ser sempre o exemplo do nosso proceder.

Faça-se isto, e o soldado que na escola de recrutas recebe a instrução técnica e profissional, receberá nos *serões militares* a instrução patriótica, cívica e moral, instrução que lhe levará o espírito militar.

Com a organização dos *serões militares* feitos sobre os moldes que indicamos que aliáz, como já frizamos, já foram indicados em tempos por um oficial do nosso exército, o soldado instrue-se aprendendo a amar a Pátria e a virtude, a sofrer com resignação, a obedecer por vontade propria, a sacrificar-se pelo devêr e pela honra. Álêm do proveito próprio e do Exército, os *serões militares*

teriam também a vantagem de despertar o gosto pela leitura àqueles que soubessem lêr, e àqueles que não soubessem serviria de incentivo para os impelir a aprender.

Como corôa de todas as vantagens os *serões militares* teriam esta: — derramar entre o povo igorante o conhecimento da nossa história, dos brilhantes feitos dos nossos maiores, estimulando assim o espírito militar e o amôr pela Pátria.

O soldado, assim instruido em lições de história, ámanhã, ao regressar à sua aldeia, ao seu lar, em vez de se entreter a contar histórias da *carochinha* e os contos fantásticos das *Mil e uma noites*, preferirá contar a história da sua Pátria, porque se trata da história dos seus avós. Assim, quasi que sem querer, ele incutirá aos seus irmãos o amôr da Pátria, e o espírito militar.

Julgamos que foi êste o pensamento do legislador que sancionou a circular de 7 de janeiro de 1911 sobre a realização de conferências militares, visto que nessa circular se determinou, que àlêm das conferências, os comandantes dos corpos e mais unidades promovessem, com a freqüência possível e de preferência nas casernas, a realização de palestras instrutivas.

Esta determinação consta também do decreto de 19 de maio de 1911. Êste decreto, que criou a Associação da *Fraternidade Militar* e promulgou os respectivos estatutos, consigna, como fins desse benemérito instituto, a promoção de

conferências ou palestras de caracter educativo sôbre temas militares, patrióticos, civicos, morais e económicos, e o desenvolvimento do interêsse pelas instituìções militares.

OS SERÕES MILITARES
SUA IMPORTANCIA PARA A CLASSE CIVIL

Seria também de grande vantagem que os efeitos a esperar dos *serões militares* fossem extensivos à classe civil, muito principalmente à mocidade de quêm a Pátria e a República muito tem a esperar.

Isso póde-se fazer, muito facilmente, sem prejuízo do bom andamento dos serviços militares.

Aproveite-se, para esse fim, o dia de domingo, destinado em geral ao descanço do proletariado e a feriado nas escolas. Nos quarteis, numa casa apropriada, ou mesmo numa caserna, façam-se preleções, conferências, palestras, ou mesmo leitura dos trechos brilhantes da nossa história. Êste processo de educar e de instruir teria a dupla vantagem de aproximar a sociedade civil da sociedade militar.

A êste respeito não se venha argumentar, como é costume, que a aproximação da classe militar da

classe civil é prejudicial à disciplina, e muito principalmente, como já ouvimos dizer, se essa aproximação se fizer a dentro dos próprios quarteis.

Nós, e comnosco está a própria República, deixamos falar esses tacanhos Licurgos que não querem vêr as coisas como elas são. E dizemos que comnosco está a própria República, porque ela, pela promulgação de dois dos seus melhores diplomas para o exército, e dum de interesse geral da nação, já abriu as portas dos quarteis à sociedade civil.

Queremo-nos referir aos decretos de 25 de maio de 1911 que instituiu a *Obra tutelar do exército de terra e mar,* ao de 19 de agosto de 1911 que criou a *Associação da Fraternidade Militar,* e ao de 1 de junho de 1912 que organizou as Sociedades de Instrução Militar Preparatória.

O primeiro destes decretos criou, junto de cada regimento ou corpo, uma escola de ensino primário e complementar para os filhos das respectivas praças, sargentos e oficiais, que não tenham mais de 12 nem menos de 7 anos de idade completos; o segundo permite que os indivíduos da classe civil sejam sócios da Associação da *Fraternidade Militar;* e o terceiro determina que a instrução militar a ministrar aos mancebos das Sociedades de Instrução Militar Preparatória possa efectuar-se nos quarteis, como realmente se efectua. Foram, pois, assim abertas as portas dos quarteis à classe civil, com vantagens para o exército e para a nação.

PASSEIOS MILITARES.
SUA IMPORTANCIA E UTILIDADE.

Se obvias são as vantagens da organização de festas, de serões e de sociedades militares, e de conferências, palestras ou preleções, outro tanto sucede com a organização de passeios.

Se as sociedades constituem um logar essencialmente moralisador e de atracção; se as festas e os serões teem altas vantagens para a educação do espírito do soldado; se as conferências, palestras ou preleções àlêm de serem um óptimo meio para os poderes públicos ajuizarem dos merecimentos dos oficiais e sargentos, servem tambêm para que êstes aumentem o seu prestígio perante os seus subordinados; os passeios militares são decerto um dos meios mais eficazes para a educação geral do soldado.

Não é segredo para ninguêm que o nosso soldado consome as horas vagas do seu serviço jogando o *liques* na caserna ou na parada, ou na taberna.

Evite-se esse pernicioso vício, que desmoralisa o soldado e desacredita o exército, o que se póde fazer aproveitando algumas horas do ócio dos soldados, levando-os a passeios a visitar os monumen-

tos históricos, as fábricas, os arsenais, os museus, os navios de guerra, os laboratórios, os fortes, as escolas, as exposições, os jardins, etc., visitas estas que devem ser acompanhadas de preleções adequadas. De resto nada mais se faz do que se dar cumprimento aos fins instituidos nos estatutos da Associação da *Fraternidade Militar*. Folgamos em registar que o ilustre capitão sr. Correia dos Santos tem ultimamente realizado alguns desses passeios.

CONCLUSÕES.

Concluindo:

Ao contrário do que imaginam os pacifistas que anualmente, e por hábito, se reunem em conferências na Haia, onde se banqueteiam com lautos jantares em honra da paz que sonham, a paz do mundo não repousa sobre tratados de amizade, de aliança, de arbitragem, de comércio ou de acordos. Não; ela repousa, unicamente, sobre os exércitos.

Isto afirmamos porque a história, que é a grande mestra da vida, mostra mais que uma vez, a fragilidade de tais tratados, e como eles são, muitas vezes, origem de guerras, e o prólogo das mais encarniçadas hostilidades.

Temos bem recente a violação, pela Alemanha, do tratado da neutralidade da Bélgica, pela própria Alemanha que assinou esse tratado e que, não o respeitando, lhe chamou *um simples pedaço de papel!* Mais àlêm temos o exemplo do que sucedeu à Dinamarca, em 1864, quando da defeza dos direitos que lhe foram consignados no tratado de 1820.

A paz, a ambicionada paz mundial, é a terra de Canaan prometida, mas nunca alcançada; é o lago aparente do deserto que se desvanece apenas nos cercamos do logar que nos iludia. A paz está na razão directa da perfeição da humanidade. Uma e outra — seja a paz ou a perfeição da humanidade — não passam de sonhos dourados dos utopistas. A paz, individual ou colectiva, só se encontra na morte, no sepulcro.

A prova, a flagrante prova, está nas entrelinhas dos livros diplomáticos publicados pelas nações agora envolvidas na guerra europeia.

Todos aparentemente queriam a paz; quasi todos disfarçadamente queriam a guerra. A Inglaterra pelo ódio à Alemanha, a Alemanha pelo ódio à Inglaterra; a França para a desforra de 1870; a Áustria pelo ódio à Servia; a Rússia para a vingança da partilha dos Balkans; a Itália para se apoderar dos territórios que lhe foram usurpados pela sua aliada Áustria.

Hoje ninguêm poderá ter dúvidas em afirmar que está provada, e mais que provada, a célebre frase de Moltke de que *a paz perpétua é um*

sonho, e por isso forçoso é que o exército esteja sempre preparado para a guerra.

O exército é o guarda da honra nacional; é a garantia da independência do país; é a salvaguarda da integridade do seu território; é a razão da existência da Pátria.

Nada de dormir sôbre as doutrinas do direito, sôbre as palavras, sempre dôces e amaveis, dos tratados ou sobre as escrituras dos acordos.

O direito é uma *farça.* O direito é a força, e as nações só se defendem opondo a força contra a força. É uma utopia a força do direito; é uma realidade o direito da força.

O direito é a força dos exércitos; os exércitos são a força do direito.

A guerra, esse meio calamitoso e selvagem de dirimir as pendências suscitadas entre os diversos países, ainda hoje, em pleno século XX, o chamado século da luz, não póde ser evitado pela simples razão de que o ódio e a ambição são calamidades que ainda vegetam por esse mundo fóra em larga escala.

Quando a humanidade sonhadora e utopista se acariciava com a bela ideia da desaparição, ou pelo menos da limitação das guerras; quando o famoso tratadista inglês Norman Angell impressionava a opinião mundial com o seu livro pacifista *A grande ilusão;* quando a baroneza Serta Sttuner obtinha o prémio Nobel pela sua obra mestra *Abaixo as armas,* inspirada sob a mesma

tendência de Angell, quasi toda a Europa se lançou a ventilar nos campos da batalha, em rudes e cruentos combates, os problemas sociais, políticos e económicos que deviam ser dirimidos por outros meios.

Disto se deduz que nenhuma nação, grande ou pequena, tem assegurada a sua vida, sem ter os meios necessários para se defender.

Se não quizermos pôr os olhos nos exemplos e lições que nos veem da actual guerra, olhemos para o que está fazendo a nossa vizinha Espanha e os E. U. da A. do Norte. A Espanha está fazendo uma seleção rigorosa dos seus quadros e criou o Estado Maior Central com o objecto da preparação e do desenvolvimento orgânico do exército, provendo às medidas necessárias para o mobilisar, dirigir a campanha e preparar as tropas em caso de guerra, com a obrigação de dirigir as operações militares e de estar em constante comunicação com a armada para a preparação dos transportes marítimos. Os Estados Unidos da América do Norte no segundo congresso scientífico pan-americano reunido em Washington, que aínda há poucos dias encerrou os seus trabalhos, foi votada uma resolução em que o congresso aplaude as declarações feitas pelo presidente Wilson, ao explicar e ampliar a sua mensagem de 7 de dezembro, a respeito da doutrina de Monroe.

O próprio presidente Wilson, tomando a palavra nesse congresso, preconisou um plano de convenção e aliança pan-americana.

A guerra actual repercute-se por toda a parte e as nações que vivem em paz compreendem que, apesar de tantos progressos realizados, de tantos tratados e convenções, o homem continúa sendo o mesmo no seu modo de sentir e nas suas paixões, nada o detendo quando estas o dominam e por isso tratam de se precaver para o futuro.

Não nos deixemos, pois, embalar pelas glórias do passado, ou pela leitura, sempre bela e sublime, do poema do nosso glorioso épico, porque isso só serve para, como disse o primoroso poeta que foi Tomaz Ribeiro,

> Recordar ao mundo ingrato as priscas eras
> Em que lhe ensinamos a erguer altares.

É preciso que olhemos pelo exército, não só pela sua organização que é muito, mas principalmente pela sua instrução e educação, que é tudo, porque hoje a vitória não é do exército mais aguerrido ou mais audaz, do melhor organizado ou do melhor disciplinado, mas sim do mais sábio, do mais instruido. Para nada servem os exércitos bem organizados, optimamente disciplinados, se a organização e a disciplina não forem acompanhadas da educação e da instrução.

Faça-se isto porque é necessário que o nosso exército quando seja chamado ao campo da honra,

ao campo da batalha, à desforra de Naulila, honre a memória dos seus antepassados, mostrando que é e será sempre, para glória de Portugal, o mesmo soldado de Navas de Tolosa e do Salado, de Atoleiros e de Trancoso, de Valverde e de Aljubarrota, do Montijo e das Linhas d'Elvas, do Ameixial e de Castelo Rodrigo, de Montes Claros e do Bussaco, de Marraquene e do quadrado de Magul, de Coolela e de Chaimite, e de tantos outros feitos heroicos que nos apresenta a nossa gloriosa história.

ANEXO N.º 1

PROJECTO DE PROGRAMA PARA AS CONFERÊNCIAS SOBRE EDUCAÇÃO MILITAR.

1.ª conferência

A Pátria e a Humanidade. Obrigações para com a Pátria. Amôr da Pátria.

O Estado no convívio internacional.

Tentativas para o desarmamento geral e para a paz universal.

Tendências militares. O Direito da Fôrça.

Necessidade de defender a Pátria. Indispensabilidade da força armada. O exército e a sua acção na política internacional.

Anti-militarismo e a sua refutação.

Carácter das instituìções militares contemporâneas.

Instituìções militares portuguesas.

2.ª conferência

A educação em geral; seu fim e importância. Papel da educação no progresso dos povos; exemplos históricos.

Divisões da educação.

A educação militar; seu fim e necessidade. A educação moral; a disciplina; relação da educação com a disciplina.

A moderna concepção da disciplina.

Função educadora do exército.

3.ª conferência

Os factores morais da vitória.

I — Importância dos factores morais.

II — As perdas na guerra.

III — Necessidade de desenvolver o moral das tropas.

IV — Meios de manter o moral das tropas: — nas marchas; nos estacionamentos; nos combates.

V — Necessidade do estudo psicológico do homem e da multidão.

4.ª conferência

O homem sob os seus diversos aspectos.

A) — O ser físico. A fadiga.

B) — O ser sensível.

C) — O ser inteligente.

D) — O ser voluntário.

E) — O caracter.

F) — O ser moral.

5.ª conferência

O Mêdo.

A) — O que é o mêdo. Exemplos.

B) — Luta contra o mêdo. Exemplos.

6.ª conferência

Qualidades fundamentais do soldado.

A) — 1.º Grupo: — Honestidade. — Patriotismo. — Coragem. — Disciplina. — Iniciativa. — Honra militar. — Lealdade. — Camaradagem. — Espírito de corpo. — Solidariedade.

B) — 2.º Grupo: — Aceio. — Higiene. — Vestuário. — Economia e mutualidade. — O desejo de se instruir. — Temperança. — Anti-alcoolismo. — Bom humor.

7.ª conferência

A Disciplina.

A) — Definição de disciplina.

B) — A disciplina no passado e a disciplina na actualidade.

C) — Elementos da disciplina: — a) as ideias; b) os sentimentos; c) os hábitos; d) os factores externos.

D) — Comparação dos diversos elementos da disciplina.

8.ª conferência

Educação moral do soldado.

A) — Fim da educação moral do soldado.

B) — Os meios de educação: — 1.º Representação concreta pela palavra, escrita, teatro, imagem, música e canto. 2.º Exemplo. Atitude dos chefes.

3.º Sugestão colectiva e individual. Recompensas e punições. 4.º Exercícios. 5.º Ritos.

C) — A instrução militar preparatória.

9.ª conferência

A multidão e a tropa.

A) — Multidões não organizadas.

B) — Multidões organizadas: — a) Seitas. Corporações. Associações. b) O Exército. c) Caratéres das multidões: — estudo psicológico. d) O povo português. O Exército português.

10.ª conferência

Educação do oficial.

A) — Meios de obter a educação do oficial: — a) Pelos chefes. b) Auto-educação.

B) — Função militar do oficial: — a) O chefe de tropas. Psicologia do comando. b) O instrutor. c) O educador.

C) — Função social do oficial: — a) definição da função social do oficial. b) Acção social do oficial no serviço. c) Acção social do oficial fóra do serviço.

11.ª conferência

Psicologia do combate.

A) — Descrição do combate.

B) — Acção dos chefes.

C) — Acção dos subordinados.

D) — Psicologia das tropas.

ANEXO N.º 2

PROJECTO DO ESTATUTOS DO GRÉMIO DO EXÉRCITO E DA ARMADA.

RELATÓRIO

O desejo que cada indivíduo tem de se unir a outros para conseguir um fim que isoladamente jàmais chegaria a atingir, não é um sentimento novo nem de efeitos desconhecidos ou problemáticos.

Vem de remotas eras a ideia de associação que sucessiva e progressivamente se tem aperfeiçoado nos seus processos, e especialisado nas suas funções.

Desde as alianças entre as nações até às mais humildes colectividades sociais, todos procuram conjurar as suas forças e os seus recursos dispersos, com variados intuitos e fins, mas sempre com o objectivo comum de pelo menor esforço e pelo aproveitamento de todas as aptidões, conseguirem a maior soma de vantagens para todos e para cada um. A própria natureza se encarregou de nos dar um sugestivo exemplo de solidariedade e associação, desde a organização celular para a

formação dos tecidos até à federação de funções para garantia da vida. Todas as inergias, por maiores que sejam, desde que não consigam orientar-se inteligentemente, ou congregar-se para um determinado fim, poderão ser forças gigantescas, representar valores incontestaveis, mas dificilmente alcançarão utilisar todo o seu rendimento. São forças estáticas e perdidas que só poderão transformar-se em forças dinâmicas e verdadeiramente produtivas, quando impulsionadas por um convergente e harmónico organismo central.

Todas as classes sociais teem reconhecido esta incontestavel verdade, e quasi todas nestes últimos anos, reunem e conjugam os elementos de que podem dispôr, formando as associações de classe e tantas outras instituições de caracter associativo com variados e complexos fins. A grande família militar não podia, nem devia exceptuar-se desta regra, por mais privilegiada e especial que seja a sua missão, e por mais restrictivos que sejam os seus direitos. É uma colectividade das mais importantes e de múltiplos recursos inexplorados, intimamente integrada no meio social, recebendo dele todas as influências de caracter moral, político e material, que egual e simultaneamente podem afèctar a sua vida económica e os seus interesses. Quem ousará, pois, impedí-la de realizar esta grande obra de solidariedade que não é só de elevados intuitos económicos para a vida dos oficiais do exército e da armada, mas até de incontroverso interesse

nacional? Ninguêm, estamos certo disso; ninguêm pretenderá opôr-se a esta generosa e altruista iniciativa, já algumas vezes tentada com mais ou menos exito, mas jàmais concluida por motivos que não nos cabe neste momento apreciar.

Estamos mesmo convencidos de que seremos eficazmente auxiliados por todos quantos se sentem animados desta fé viva, dêste sentimento de fraternidade de que nascem a força e a coragem, para se dedicarem a essa árdua tarefa de que não se esperam honras, mas que pelo contrário, exige uma vida de completa abnegação e trabalho. É mister dar-lhe não só a nossa actividade, mas também o nosso amôr; não só uma aparente boa vontade e dedicação, mas um profundo e arreigado sentimento de solidariedade humana.

E assim conseguiremos realizar um dos fins essenciais da humanidade a que pertencemos e que é o de nos aperfeiçoar-mos incessantemente, aumentando em inteligência e em moralidade. Os esforços comuns e convergentes de todos permitirão, pelo menos, obter o relativo bem estar de cada um por todos os meios ao nosso alcance. Será pois êste grémio uma instituìção de educação e de ensino, de solidariedade e de recreio, e simultaneamente de mutualidade e cooperativismo.

Reunir-se hão, portanto, dentro da mesma associação as diversões lícitas, os prazeres do espírito, a expansão dos mais nobres e elevados sentimentos de solidariedade.

A vida é triste, diz Le Play; certos indivíduos esforçam-se em a tornar suportavel, por meio de gosos materiais, mas a experiência ensina, cada vez mais, que aqueles que procuram orientá-la dedicando-se antes ao bem estar do próximo, são aínda os mais prudentes, os mais avisados, os que melhor pensam.

*

Para muitos parecerá agora inoportuna a organização dêste Grémio, julgando uns que vem tarde, pensando outros que chega cedo ou em momento impróprio e inconveniente. Parece-nos que nem uns nem outros teem razão. Aos primeiros diremos, como Leon Bourgeois, que o tempo não respeita o que se faz sem ele, verdade que se aplica a tudo e que é incontestavel em assuntos de caracter social.

Diz também Skarzynski que uma lentidão reflectida é a lei necessária da evolução social. Só a constância dos esforços, a aplicação das ideias que a experiência consagrou, transformam pouco a pouco a face das coisas e dão consistência e estabilidade a todas as iniciativas. É mister esperar para legitimar esperanças. Talvez porque não se soube esperar é que resultasse o insucesso da primeira tentativa, realizada em dezembro de 1886 e publicada em ordem do exército de 11 de janeiro de 1887.

Aos que pensam que chegam cedo ou em momento inoportuno responderemos que só pelas aparências julgam sem estudar conscienciosamente as verdadeiras causas determinantes e os efeitos naturais, evidentemente benéficos de tal instituíção. Basta atentar um pouco nos principais fins dêste grémio para, desde logo, ficar justificada plenamente a oportunidade da sua fundação. Cimentar a solidariedade entre os oficiais e melhorar a sua situação económica são, entre outros, os nossos dois fins primaciais.

A ideia da organização do Grémio nasceu no preciso instante desse grande movimento que os oficiais do Exército de Terra e Mar iniciariam em defeza da sua dignidade, da sua honra, da sua autonomia colectiva. Para lhe dar corpo e realidade nenhum momento poderá ser tambêm mais oportuno do que êste, depois de tão imponente manifestação de pura solidariedade que só pode favorecer e justificar a fundação do Grémio. Favorece-a, porque aproveita precisamente os acontecimentos que originaram tão íntima como imparcial congregação de vontades; justifica-a, porque a propria existência duma tal associação evitará, de futuro, outras manifestações semelhantes, quasi sempre perigosas, por vezes de conseqüências bem graves. O Grémio representará os interesses de todos e constituirá assim um justo valôr com que ninguêm deixará de contar inutilisando, pelo próprio facto da sua existência, todas as tentativas de

abuso, todas as veleidades de prepotência, contra os legítimos direitos dos seus membros.

Por outro lado a temerosa crise económica que actualmente atravessamos, tornou difícil e angustiosa a situação de todos. Os oficiais do Exército não teem o privilégio de escapar a esses efeitos e por isso mais encargos vieram embaraçar a vida já atribulada de muitos. Os seus parcos e modestos vencimentos ficaram sendo os mesmos; e entre recorrer ao estado para os aumentar, ou agremiarem-se para facilitar a sua vida económica, preferiram este último meio, mais nobre e menos gravoso para o Tesouro Nacional.

*

O exito das colectividades desta natureza garante-se pelos dois princípios básicos que asseguram a sua existência e desenvolvimento: a obrigatoriedade da inscrição e a importância da quotisação proporcional ou fixa. Se há quem defenda o princípio da inscrição facultativa, entregando à propaganda activa e à liberdade de cada um a resolução deste problema social, outros há que pugnam pela obrigatoriedade, com argumentos de valôr. Skarzynski diz que todo o homem em condições de consagrar o seu tempo e o seu dinheiro ao bem estar social, tem o dever de contribuir para isso, na medida dos seus próprios recursos.

O congresso internacional de educação social, realizado em Paris, de 26 a 30 de setembro de 1900, sob a presidência de Leon Bourgeois, emitiu vários votos dentre os quais destacaremos os dois principais, que a êste caso respeitam. Diz o primeiro: a justiça não será um facto, emquanto cada um dos homens não reconhecer a dívida que pesa sobre todos, em graus diversos, só pelo facto da solidariedade que os deve inspirar. Á liberdade humana pertence o encargo prévio desta dívida social e só quando essa dívida estiver paga é que a liberdade de cada um começa. E diz o segundo: a troca de serviços que é a razão de ser de toda a sociedade, e portanto o objecto do contracto social, não pode ser equitativa, se esta dívida não fôr paga por cada um dos contratantes, segundo as suas faculdades. O congresso chama por isso a atenção do Ministro da Guerra e dos Chefes do Exército para a necessidade de cada vez mais se desenvolver na corporação dos oficiais o sentimento da sua missão social. Ora, realmente, quer-nos parecer que ninguêm tem o direito de negar o seu concurso a uma obra que a todos aproveita, que a todos beneficia, mesmo aqueles que em nada contribuam para o seu desenvolvimento. A obrigatoriedade assegura a prosperidade do Grémio, e, portanto, implicitamente, a sua maior importância, a sua força.

*

A quotisação é o outro factor económico, que influe essencialmente no sucesso e progresso da instituïção. Encarada sob o ponto de vista social, colectivo, a quotisação póde ser de duas espécies: em dinheiro e em trabalho. Desde que todos devam concorrer com o seu esforço próprio para a realisação dos fins do Grémio, parece-nos justificada a proporcionalidade da quota, porque embora deva corresponder a direitos iguais uma quotisação igual, se esta fôr fixa não poderá corresponder a deveres que são diferentes. É justo que os mais velhos, naturalmente mais graduados, mas também mais extenuados fisicamente, concorram com maior quota e menos trabalho; os mais novos, menos graduados, mas mais vigorosos e audazes, pagarão menor quota, mas contribuïrão com mais intenso labôr. O sistêma da proporcionalidade é, pois, o mais racional e equitativo, equilibrado pela prestação ou não prestação de trabalho. O futuro e o tempo encarregam-se, por sua vez, de estabelecer a justa compensação desta aparente desigualdade: os mais velhos pagarão mais, desde já, mas não será tão longo o praso da sua contribuïção, e o repouso relativo compensa-los há do maior dispêndio em dinheiro; os mais novos pagarão menos, mas trabalharão mais, e por mais tempo também fruirão os benefícios do seu empreendimento.

E essa proporcionalidade harmonisa-se com o rendimento progressivo de cada um, que será a única base, o critério mais seguro para a incidência do sacrifício individual. Todavia, é imprescindivel estabelecer o limite máximo dessa quotização. Á assembleia geral deixaremos a resolução do problema, pois ela de certo saberá inspirar-se nos superiores interesses da colectividade, que reclama importantes sacrifícios, aliás bem compensados pelos benefícios gerais e individuais que ela lhe proporcionará.

São êstes os mais importantes pontos de controvérsia sobre o projecto que ides apreciar. Confiamos em que o aperfeiçoareis e lhe dareis corpo e vida. Oxalá que êstes nossos esforços possam conseguir melhorar e engrandecer o Exército e a Armada, exercendo uma eficaz influência preventiva, actuando, benéficamente na vida moral e na situação material da grande família militar. Terminaremos com estas sugestivas palavras do notavel publicista polaco Skarzynski:

« A harmonia, tanto quanto possível, não reinará na terra se não no dia em que o bem de todos por todos fôr feito. A maior parte dos homens não encontram no berço a abundância. Para obter o indispensável à vida são indispensáveis tambêm o bom senso e os esforços individuais; mas a acção comum, despertando um sentimento de solidariedade, melhor atenuará as diferenças de condições e mais nos aproximará da paz social, que deve

ser o ideal supremo de todo o homem de bêm. O espírito de fraternidade conduz-nos a isso pois a união de boas vontades basta para pôr em prática, na nossa sociedade, a grande doutrina que nos ensina amarmo-nos uns aos outros. Estas poucas palavras encerram todo o princípio das leis humanas ». (a) *Antônio de Almeida Dias*, capitão médico. Relator.

*

NOTA. — Ha uma parte nêste relatório em que divergimos do seu ilustre autor. É a parte em que se refere ao momento em que se pensou na fundação do Grémio. Ao contrário do seu ilustre relator nós, conforme publicamente já manifestamos, achámos o momento mais impróprio, visto que a ideia da organização do Grémio surgiu no momento em que alguns oficiais do nosso exército, esquecendo os deveres sacrosantos da disciplina, fizeram uma manifestação colectiva, contrária ao Govêrno constituido sob todos os preceitos constitucionais, manifestação que trouxe como conseqüência a subida ao poder dum govêrno militar. Ao que o ilustre relator chama um grande movimento e imponente manifestação de solidariedade, mais propriamente lhe devia chamar uma grave insubordinação com visos de pronunciamento militar, que em todas as nações são punidas com graves penas. Ao contrário também do ilustre

relator, nós entendemos que os Grémios Militares não devem representar os interesses dos sócios, por isso poder dar logar a manifestações idênticas, ou mais graves, à que se realisou em Janeiro de 1915. A vingar essa perigosa ideia, a transferência dum sócio duma para outra localidade, ou mesmo duma para outra unidade ou estabelecimento, que prejudicasse os interesses dum ou mais sócios, dava logar a que o Grémio interviesse, o que seria perigoso, grave e atentatório da disciplina, base indispensavel da existência dos exércitos. A ser assim caíriamos no gravíssimo perigo da nação ser subjugada pelo poder militar.

R. R.

ERRATAS.

Pag.	Linha	Onde se lê	Leia-se
6	7	obriga-nos	obrigam-nos
8	14	caso	casos
17	6	e que	e mesmo
17	6	se encontrará	encontrar-se há
17	11	é necessário	são necessários
21	7	humana	humanas
21	8	devemo-nos preparar	devemos preparar-nos
21	8	desaparecermos	desaparecer
28	15	vimos	vemos
31	17	vimos	vemos
31	4	ignorante	ignorantes
33	17	landwhr	landwhre
33	10	*official*	*officiel*
34	8	são	eram
40	17	poltrona	patrona
51	20	no	ao
51	23	no	ao
51	28	estimular	que estimular
52	3	elle	aquele que o executa
53	22	dados	dada
53	22	sôbre	de
56	29	e isso	o que
57	18	em	a
57	25	que	de
57	25	lembrasse	lembrar
60	9	remudelação	remodelação
60	11	promulgarem	referendarem
60	14	o	do
60	15 e 26	promulgar	referendar
62	4	de	das
80	3	Newal	Lewal

ÍNDICE.

	Pag.
Prólogo	5
Lições da guerra	25
O espírito militar	26
As festas militares. Sua importância	27
Conferências militares. O que se faz no estrangeiro	30
Conferências militares em Portugal. Sua história	36
Conferências técnicas. Sua história	52
Sociedades militares	55
Sociedades militares. O que se faz no estrangeiro	61
Sociedades militares em Portugal. Sua história	68
Sociedades militares. Vantagens da sua organização	80
O quadro dos sargentos. Importância da sua instrução	84
A instrucção e educação do soldado	90
Serões militares. Sua importância e utilidade	92
Serões militares. Sua importância para a classe civil	96
Passeios militares. Sua importância e utilidade	98
Conclusões	99
Anexo n.° 1 — Projecto do programa para as conferências sobre educação militar	105
Anexo n.° 2 — Projecto dos estatutos do Grémio do Exército de Terra e Mar — Relatório	109
Erratas	121

Uma precipitada revisão deixou passar, por nossa única culpa, a aluvião de erratas que vão notadas a páginas 121, isto àlêm de alguns períodos desastradamente redigidos que aliaz a inteligência do leitor saberá compôr. Áquelas erratas juntem-se mais estas :

Pag.	Linha	Onde se lê	Leia-se
81	10	quando se tenham	quando tenham
81	26	advirão	adviriam
84	21	necessita instruir-se	necessita de instruir-se
86	10	promulgaram	referendaram
86	16	impõe	impõem
86	26	tinham em	tinham de
89	5	muito	e muito
92	21	heroica	heroico
102	20	Os Estados	Nos Estados